



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LÍCIA MARY OLIVEIRA SANTOS

**GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO
PARAÍSO DE GOIÁS: Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e
2018**

Alto Paraíso de Goiás – GO

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

SANTOS, Lícia Mary Oliveira.

Gestão da Agricultura Familiar em Alto Paraíso de Goiás. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Licia Mary Oliveira Santos, Alto Paraíso de Goiás – GO: Universidade de Brasília, Orientador: Prof.^a Meire Cristina Cunha. 2019. 91 páginas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Alto Paraíso de Goiás- GO, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Políticas Públicas. 2. Gestão da Agricultura Familiar.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenador do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

LÍCIA MARY OLIVEIRA SANTOS

**GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS: Ações
desenvolvidas no ano de 2017 e 2018.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Ma. Meire Cristina
Cunha

Alto Paraíso de Goiás – GO

2019

LÍCIA MARY OLIVEIRA SANTOS

**GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS: Ações
desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Lícia Mary Oliveira Santos
Aluna

Ma , Meire Cristina Cunha
Professora Orientadora

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire
Professora Examinadora.

Alto Paraíso de Goiás, 27 de abril de 2019

Dedico a Deus, por mais esta oportunidade. A minha Família que me apoia em todos os momentos, bons ou ruins, me incentivando e dando forças para prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Uma conquista não é alcançada de forma solitária

Agradeço a Deus pelo seu incondicional amor e por carregar-me em teus braços nos momentos mais difíceis. Sei que se fazia presente mesmo quando eu não consegui entender.

Agradecimentos a minha tutora/professora e orientadora Meire Cunha.

Agradeço a minha família, em especial ao meu esposo Almir Rodrigues, que com seu companheirismo e personalidade forte, também me fez forte para vencer mais esta etapa da minha vida, minhas Filhas Rafaella Rodrigues e Rilla Rodrigues.

Agradecimentos incondicionais ao Prefeito Martinho Mendes da Silva, pela oportunidade ímpar, e melhor experiência profissional que já vivi, sendo Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás nos anos de 2017 e até setembro de 2018. Oportunidade de vivenciar as políticas públicas de forma intensa; o que também proporcionou a oportunidade de efetivar esta especialização.

Agradecimento a toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás; em especial, a pesquisadora e nutricionista Claudia Isabel Lulkin, pelo seu amor a Agricultura Familiar, as pessoas, a natureza e ao mundo; ao assessor de prestação de contas, pela disponibilização de dados e documentos; e de forma gigantesca a minha eterna colega de trabalho, assessora de finanças e amiga Ana Paula de Carvalho Paulino.

Agradecimentos as cooperadas Cleonice, Fernanda e Elizabete e suas famílias pela colaboração nesta pesquisa; e em especial ao senhor Sinomar Machado de Carvalho Presidente da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Alto Paraíso- “Cooper Frutos do Paraíso”.

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) política Pública que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. É regido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009, Artigo 14, determinando que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, (FNDE, MEC). Este trabalho de conclusão de curso de Especialização em gestão Pública Municipal buscou identificar as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás nos anos de 2017 e 2018 no atendimento a Agricultura Familiar. Conhecer a participação dos diversos atores possibilitou conhecer como estas ações foram desenvolvidas e as possíveis dificuldades enfrentadas para o cumprimento da Lei. Foi utilizada a metodologia qualitativa; técnica de pesquisa a análise documental e a entrevista, visando à identificação se ocorreram o cumprimento e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em seu artigo 14; nos anos de 2017 e 2018. Foi constatado que as ações da Secretaria de Educação nos 2 anos atenderam de forma satisfatória as exigências da Lei nº 11.947/09, Art. 14, resolução 26/ 2013 do FNDE; sempre respeitando a lei de licitações, chamadas públicas; tomadas de preços, publicidade, imparcialidade; confecção de contratos, recebimento dos alimentos e pagamentos aos agricultores fornecedores. Identificou-se que se faz necessário a implementação e execução de políticas voltadas a acompanhamento mais descentralizado, a apoio na assessoria e assistência técnica aos produtores; constatando-se ainda que, apesar da única cooperativa existente na região receber apoio de diversos membros e setores da sociedade cível, mas ainda não conseguiu desenvolver as suas atividades de maneira mais consistente, para que o mínimo exigido em Lei, de produtos sejam entregues e fornecidos à municipalidade; ou seja, existe a urgente necessidade de políticas Municipais voltadas a acompanhamento mais descentralizado e efetivo aos produtores. Ainda visualizando novas perspectivas e ações de ambas as partes no cumprimento à citada Lei. Importante conhecer esta realidade no sentido de cada vez mais conseguir o engajamento de mais agricultores e conseqüentemente que mais e variados Produtos sejam ofertados na merenda escolar; de forma a que esta verba seja utilizada na íntegra.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Gestão da Agricultura Familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Auxiliares da Secretaria Municipal de Educação: Jillmar chefe transporte, Alessandra assessoria, Nislene atual Secretária, Lícia Mary Secretária Educação 2017/2018 e pesquisadora TCC, Claudia Lulkin Nutricionista, Sinomar Presidente Cooper frutos Paraíso, Ana Paula Assessora de Finanças. Produtos da agricultura familiar.....	12
Figura 2 – Cleonice Cooperada (A) ao centro, seu esposo Antônio Oliveira e filha a esquerda, nutricionista Claudia Lulkin e Pesquisadora Lícia Mary, Secretária 2018/ SET. 2019.....	22
Figura 3 – Pesquisadora Lícia Mary, Secretária 2018/ SET. 2019; cooperada (B) Fernanda e esposo José Antônio.....	23
Figura 4 – Cooperado não identificado esquerda; Sr. Vergílio esposo da cooperada (C) Elizabete Guedes; pesquisadora e Secretária Educação 2017/18 - Lícia Mary e Nutricionista SME Claudia Isabel Lulkin.....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações do Município de Alto Paraíso de Goiás:.....	10
Quadro 2 – Resultados dos valores de crédito x débito:.....	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAE – Programa de Alimentação Escolar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria Geral da União

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA – Ministério da Agricultura

DAP – Declaração de Aptidão

SME – Secretaria Municipal de Educação

MEC – Ministério da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2	REVISÃO TEÓRICA	3
2.1	Políticas Públicas.....	3
2.1.1	Políticas Públicas na Alimentação Escolar	Erro! Indicador não definido.
2.1.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	4
2.2	Programa de Aquisição de Alimentos	4
2.3	Licitações e sua legislação	5
2.3.1	LEI nº11. 947 de 16 junho 2009	6
2.3.2	RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013	6
2.4	Agricultura Familiar	7
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	8
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	8
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>lôcus</i> do estudo	9
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa	12
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa	13
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1	Análises das Chamadas Públicas	14
4.2	Análise dos valores recebidos e gastos com o PNAE nos anos 2017 e 2018.....	17
4.3	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	18
4.4	Extratos SIGPC	19
4.5	Descrição e análise das entrevistas.....	20
4.5.1	Descrição e análise das entrevistas com os cooperados	20
4.5.2	Descrição e análise da entrevista com o Presidente da Cooperativa	24
4.5.3	Descrição e análise da entrevista com a Nutricionista	25
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	29
	REFERÊNCIA	32
	APÊNDICES.....	34
	ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que se configura como uma das mais antigas políticas Públicas oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. E se direciona através da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, que determina que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (FNDE, MEC).

Este trabalho de conclusão de curso de Especialização em gestão pública Municipal versa sobre a política Pública de oferta de alimentos escolares provenientes da agricultura familiar, que deve ser acompanhada e cumprida pelos gestores; que deverão priorizar e incentivar a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais. Tendo esta pesquisa o objetivo principal de apresentar todas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Paraíso de Goiás nos anos de 2017/18, no atendimento a Agricultura Familiar.

Conhecer a participação dos diversos atores envolvidos para que a Lei fosse cumprida e a meta atingida de no mínimo 30% da verba do PNAE fosse utilizada na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar é importante para descrever e dar conhecimento de como estas ações foram desenvolvidas, as possíveis dificuldades enfrentadas para o cumprimento da Lei; e qual a participação dos setores neste contexto, em especial da Secretaria Municipal de Educação, nas ações articuladas.

Esta pesquisa foi desenvolvida através de metodologia qualitativa, por descrever, analisar e envolver diversos eventos interconectados, e flexíveis (HUDELSON, 1994). As técnicas de pesquisa utilizadas foram a análise documental e a entrevista, para descrever e analisar a realidade encontrada; para tanto, foram realizadas entrevistas com envolvidos no contexto de atendimento à Lei, visando a identificação se ocorreu o cumprimento e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em seu artigo 14; nos anos de 2017 e 2018.

Entre as diversas políticas públicas do governo, foram destacados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Aquisição de

alimentos (PAA) e O (Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), todos são Políticas Públicas que se configuram como mecanismos que colaboram com a produção, desenvolvimento e oferta de alimentos para a nutrição de escolares, e em especial dos mais carentes. Conhecer a gestão deste segmento de Política Pública no município é importante para identificar se estão sendo cumpridas as Leis que regem esta oferta, bem como se está sendo aplicada de forma a realmente atender o público alvo e seu principal objetivo.

No atendimento a Lei 11.947/09, que dispõe sobre a aquisição de alimentos aos escolares da educação básica; Art. 14 “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar...”, verificou-se que os valores utilizados nos anos da pesquisa ficaram aquém do que versa a Lei no referido município.

Considerando novas perspectivas no cumprimento à citada Lei é importante conhecer esta realidade no sentido de cada vez mais conseguir o engajamento de mais agricultores e conseqüentemente mais e variados produtos sejam ofertados na merenda escolar; de forma a que esta verba seja utilizada na íntegra.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas em uma definição sintetizada são diretrizes, princípios que norteiam as ações dos poderes públicos, bem como ditames das regras e dos procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade em geral; as políticas públicas também se ancoram nas mediações entre os atores envolvidos e o Estado. As políticas são materializadas, evidenciadas e sistematizadas através da elaboração de Leis e documentos norteadores das ações a serem desenvolvidas, e que são executadas através de recursos públicos. Políticas Públicas, segundo Souza (2006) é um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos. Ainda segundo Rodrigues, política pública é:

[...] o resultado de uma atividade política, envolvendo mais de uma decisão política, que requer várias ações estratégicas destinadas a programar objetivos desejados. Desse modo, as políticas públicas são ações de governo que dispõem sobre o que fazer, aonde chegar e como fazer. (RODRIGUES, 2010, p.14).

Considerando os Governos, tanto Municipais, Estaduais ou Federais, como agentes determinantes no âmbito das políticas públicas; sendo responsáveis pelo desenvolvimento sistemático das ações e etapas no atendimento as demandas da população das políticas públicas, devem promover a participação dos demais atores da sociedade, nas etapas para a realização do atendimento, sendo estes os beneficiados destas Políticas Públicas.

As políticas públicas Municipais têm especificidades considerando-se certa autonomia política adquirida pelos municípios, por elaborarem diretamente algumas Leis; entretanto as políticas públicas voltadas às esferas Estaduais e Federais não suprem as necessidades básicas dos Municípios. Considerando ainda que os municípios carentes ainda complementem as verbas para os programas das esferas federais e estaduais.

Na análise feita por Ferreira (2000, p. 18), identificamos esta concepção:

A descentralização técnico administrativa, a noção de autonomia considerada diz respeito à repartição de poder, cabendo à União, planejamento e formulação das políticas públicas, e aos Estados e municípios, a execução e implementação destas políticas. Ainda existindo a

visão de que, apesar da autonomia dos municípios esta restabelecida na Constituição Federal de 1988, eles ainda não possuem autonomia financeira para desenvolver suas políticas públicas.

2.1.1 Políticas Públicas de Alimentação Escolar/Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma Política Pública desenvolvida através de ações de oferta de alimentação escolar, bem como ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública; tem caráter suplementar efetivado através de 10 repasses anuais do Governo federal aos estados, Distrito Federal e, municípios e escolas federais, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. (FNDE).

O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade civil, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP). Ainda segundo site do Ministério da Cidadania:

É regido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e Resoluções 26/ 13 do FNDE... desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional de forma transversal no projeto político pedagógico das escolas; e a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar à compra de produtos diretamente da agricultura familiar. (BRASIL, 2019)

2.2 Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA, criado em 2003 com objetivo de promover o acesso à alimentação adequada para pessoas com situação de insegurança alimentar e nutricional, também promove, incentiva e valoriza os alimentos produzidos pela Agricultura Familiar. Inicialmente oriundo do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA); tem como ferramenta legal o art. 19 da Lei 10.696/03; também alterado pela Lei 12.512/11 e decreto 7.775/12. Tendo atualmente como gerenciador, diversos grupos intersetoriais, entre eles o Ministério da Agricultura (MAPA) através da CONAB, do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e Casa Civil; e Ministério da Educação, representado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Este programa possibilitou desde a sua criação a aquisição de milhões de toneladas de alimentos; com a diversidade de 3 mil itens de alimentos variados; entre frutas, verduras, grãos, carnes, derivados leite, panificações e pescados, entre outros. Com a criação da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 o PAA expandiu-se e permitiu que a administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito federal e Municípios pudessem efetuar a compra de alimentos da Agricultura Familiar com recursos próprios, utilizando a Chamada Pública com dispensa de Licitação.

2.3 Licitações e sua legislação

A Lei que rege as Licitações gerais Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e contratos, foi criada para regulamentar o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal que estipula normas para licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, bem como direciona demais providências.

Destaco o artigo 37:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destaco também:

(...) XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ainda segundo pesquisa sobre dispensa de Licitação; segundo a Lei 11.947/09, artigo 14:

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

2.3.1 LEI nº11. 947 de 16 junho 2009

Neste sentido, um marco importante da gestão de Políticas públicas voltadas à aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir aos escolares foi normatizado através da criação da Lei 11.947/09 (FNDE); que versa sobre a operacionalização da verba destinada a agricultura familiar; sendo importante destacar da Lei o Art. 2º são diretrizes da alimentação escolar:

I - O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.

Ainda segundo a supracitada Lei;

V - O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

Para efeito de esclarecimentos o Art. 14 desta Lei defende que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Está definindo ainda no artigo 14, sobre a dispensa de licitação/chamada Pública:

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

2.3.2 RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013

Esta resolução dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que em seu capítulo I dispõe sobre:

Art. 2º São diretrizes da Alimentação Escolar:

V – O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito

local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

2.4 Agricultura Familiar

Agricultura Familiar é uma concepção de famílias de agricultores de diferentes biomas e culturas, vivendo e exercendo suas atividades no meio rural, com fins a desenvolvimento sustentável. (MDS. 2018). As políticas públicas voltadas ao fortalecimento de ações de fomento a agricultura familiar tiveram forte apoio na criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado em 1996, e que atende aos produtores familiares com o objetivo de seu fortalecimento através de crédito agrícola e apoio em diversas modalidades. Para tanto foi criado a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); importante documento de identificação do beneficiário e de execução e monitoramento das Políticas públicas no segmento. Documento este necessário para o agricultor participar das Cooperativas e grupos formais que concorrem as Chamadas Públicas para aquisição de gêneros alimentícios para as escolas através dos programas PNAE e PAA nas compras institucionais.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivo principal descrever as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Paraíso de Goiás nos anos de 2017/18 referentes a aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes a Agricultura Familiar, visando o cumprimento e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei 11.947/96, em seu artigo 14, que determina que no mínimo 30% da verba do PNAE sejam utilizadas na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar (FNDE); para tanto foi efetuado o levantamento e a análise documental junto à Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás, referente ao atendimento a supracitada Lei e artigo. A pesquisa também permeou em como a Secretaria de Educação realizou o atendimento à citada Lei.

A metodologia aplicada nesta pesquisa está centrada na abordagem qualitativa, caracterizada como descritiva a partir de seus objetivos, visando descrever a pesquisa e os resultados obtidos desta, comparando-os com a teoria sobre o assunto, a partir das fontes primárias; considerando a concepção de Gil (1999) que relata sendo uma pesquisa que detém o principal objetivo de descrever características de populações ou fenômenos, estabelecer relações entre as variáveis; utilizando técnicas de coletas de dado; visando relatar e analisar o conteúdo encontrado. Ainda a pesquisa exploratória por ter como característica esclarecimento mediante levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudo de caso.

A técnica escolhida e utilizada foi análise documental, bem como entrevista, considerando que:

A análise documental auxilia como, valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos e complemento as informações obtidas em outras técnicas; também para a descoberta de novos aspectos do tema ou problema trabalhado. (MENGA LÜDK, MARLI E.D.A. ANDRÉ. 1986 p.38).

A especificidade desta técnica foi a escolhida pela importância na utilização de materiais escritos como fontes de informações, e que buscam os fatos através de documentos e questionamentos de interesse geral neste tipo de pesquisa, bem como

considerando os documentos como fontes estáveis e ricas em material a ser analisado; impondo fidedignidade aos resultados obtidos. (PHILLIPS, 1974, p. 1870).

Também foi desenvolvida a coleta de dados através da realização de entrevistas com atores envolvidos neste contexto. Essas duas técnicas quase sempre produzem um melhor diagnóstico do tema interesse da pesquisa.

A opção pela entrevista foi realizada com alguns cooperados que se dispuseram a participar e estavam na Feira de Produtores na ocasião da pesquisa; bem como com o Presidente Cooper frutos do Paraíso Senhor Sinomar Machado de Carvalho e com a nutricionista representante da Secretaria Municipal de Educação Senhora Claudia Lulkin. Destaco que se configurou como instrumento básico e importante na coleta de dados, em formato semi-estruturado, e que discorreu sobre temas propostos, com base em informações teóricas sobre o objeto da pesquisa; considerando que, segundo MENGA LÜDK, MARLI E.D.A. ANDRÉ, 1986, p 34:

...permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos... Permitindo correções, esclarecimentos e adaptações que a tornem sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A cidade de Alto Paraíso de Goiás está localizada no nordeste Goiano, consta que os primeiros habitantes do Município de Alto Paraíso foram os índios caiapós, xavantes e os guayazes, em 1740; logo após vieram os bandeirantes em busca de minas de ouro e escravos foragidos, iniciando o ciclo da mineração nos arredores da região da Chapada dos Veadeiros. Aqui, em Alto Paraíso, há registros de que Francisco de Almeida foi pioneiro e se estabeleceu como fazendeiro por volta de 1750, e na sequência surgiu da mesma família Firmino de Almeida Salino, José Pereira Barbosa e Manoel Caboclo que construíram o primeiro núcleo povoado da região, desenvolvendo o plantio de frutas, milho, café e criação de gado, dando abertura assim para novas fazendas, descobrem novas pastagens, recebem novas famílias, batizam serras, rios sítios, colonizando assim grandes extensões. Com o passar do tempo, o ouro foi se esgotando e as lavouras sendo abandonadas. Em 1953, Veadeiro se emancipa de Cavalcante e, dez anos depois, recebe seu novo nome: Alto Paraíso de Goiás.

Localizada a 230 km de Brasília e 412 da capital Goiânia; encontra-se no Nordeste Goiano e pertence à Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Desde 2001 se tornou área de Proteção Ambiental (APA) do Pouso Alto. Abrigando o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, reserva ambiental pautada no decreto Federal nº 49.875/61, com área de 65 mil hectares.

Em 1981, um projeto político desenvolvimentista foi idealizado e executado pelo governo Ary Valadão Filho, denominado PROJETO ALTO PARAÍSO, baseado na produção agrícola de frutas nobres e na exploração e divulgação do potencial, financiado com recursos internacionais. Ocasionalmente transformações consideráveis no município, tais como o aeroporto, hotel Paraíso, hospital, sede do BEG, a vila da SHIS, água, luz, asfalto e telefonia. Atualmente o Município se encontra formado pelos poderes constituídos; executivo, legislativo, judiciário, Promotoria Pública; também Delegacia de Polícia entre outros.

Estas mudanças ocasionaram um forte fluxo migratório de pessoas de várias localidades do Brasil, e até mesmo de outros países; entretanto o principal fator para esta migração foram as belezas naturais e as inúmeras cachoeiras existentes na região. A partir do ano de 2000 a cidade se consolidou como Pólo turístico, e teve um substancial crescimento demográfico.

Quadro 1 – Informações do Município de Alto Paraíso de Goiás

Área territorial	2593, 905 kMc	[2017]
População estimada	7.558 pessoas	[2018]
Densidade demográfica	2,65 hab./km ²	[2010]
Escolarização 6 a 14 anos	98 %	[2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	10, 713	[2010]
Mortalidade infantil	22,22 óbitos por mil nascidos vivos	[2014]
Receitas realizadas	28.163,12745 R\$ (×1000)	[2017]
Despesas empenhadas	24.889,05869 R\$ (×1000)	[2017]
PIB per capita	21. 484,13 R\$	[2016]
TRABALHO E RENDIMENTO		
Salário médio mensal dos trabalhadores formais 1,7 salários mínimos [2016]		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,713	[2010]

SAÚDE		
Mortalidade Infantil	22,22 óbitos por mil nascidos	[2014]
Internações por diarreia	0,1 internações por mil habitantes	[2016]
Estabelecimentos de Saúde SUS	5 estabelecimentos.	[2009]

Fonte: IBGE

A pecuária e a produção agrícola ainda têm um tímido resultado em atividades desenvolvidas no Município; e a base da economia está centrada no turismo, no comércio agrícola e na prestação de serviços; destacando que o comércio atende apenas as necessidades fundamentais dos munícipes. Alto Paraíso está localizado no nordeste do Estado de Goiás, com altitude de 1.230m, abriga dois pontos de interesse ecológico e geográfico – O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Pico do Pouso Alto, com 1.676 metros de altitude, que é o ponto mais alto do município, o mais alto do Planalto Central.

A área central objeto de estudo desta pesquisa foi a Secretaria de Educação, do município de Alto Paraíso de Goiás; em específico a gestão dos recursos da agricultura Familiar nos anos de 2017 e 2018. A Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás está localizada na APM 01 Qd 01 LFT 01 no Setor Novo Horizonte; contando com instalações que atendem de forma razoável as necessidades de sua função; com infraestrutura e equipamentos nos setores e para os 09 funcionários diretos que atendem toda a demanda do Município, nos diversos setores, a saber: Secretária Municipal de Educação, Assessoria de Finanças, Nutricionista, Assessoria de Prestação de Contas, Assessoria do Censo Escolar, Coordenador Pedagógico Geral, Auxiliar Pedagógico, Gerente Transporte escolar e auxiliar de Serviços Diversos.

A Secretaria Municipal de Educação coordena da Educação Infantil ao Ensino fundamental primeira fase atualmente; constituída de 07 escolas entre a zona urbana e rural. Com total de 945 alunos da rede Municipal e 1316 alunos no ensino Fundamental geral em todo o Município no ano de 2017, segundo o último censo escolar. (IBGE).

A atenção à oferta de alimentação escolar está centrada na sede da Secretária, com atuação direta da Secretária de Educação, da nutricionista, auxiliares gerais e com apoio do Chefe do transporte escolar; não contando sobremaneira com apoio de centro de armazenamento e distribuição dos alimentos.

Figura 1 - Auxiliares da Secretaria Municipal de Educação: Jillmar chefe transporte, Alessandra assessoria, Nislene atual Secretária, Lícia Mary Secretária Educação 2017/2018 e pesquisadora TCC, Claudia Lulkin Nutricionista, Sinomar Presidente Cooper frutos Paraíso, Ana Paula Assessora de Finanças. Produtos da agricultura familiar.



Fonte: Arquivo pessoal

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

As entrevistas efetivadas com os cooperados se configuraram como importantes para se compreender a realidade da oferta pela Agricultura familiar.

De acordo com documentos recebidos pelo senhor Sinomar, presidente da Cooperativa, e autorizado a utilização, segue Histórico da cooperativa.

A cooperativa teve sua fundação através da “Cidade da Fraternidade”, que é uma comunidade cristã (Espíritas Kardecistas) fundada em 20/12/1963, no Município de Alto Paraíso - Estado de Goiás. Tem caráter filantrópico, assistencial e espiritual focada no atendimento a crianças. Está composta das remanescentes Fazendas Paraíso, Fazenda Lajedo e Fazenda Luiz Velho, subdividida em 34 glebas, de 40 ha (quarenta hectares) pertencentes a cada cooperado assentado. Nestas propriedades são produzidos diversos itens entre eles, grãos, arroz, açúcar mascavo, leite, banana, frango, ovos, soja, diversas frutas, legumes e verduras. Com a

regularização definitiva da cooperativa foi possibilitado a participação, a partir de 2011, e através de forte articulação e mobilização das instituições Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação e EMATER; e em atendimento a Lei n ° 11.947, de 16 junho de 2009, nos processos de participação dos programas PNAE e PAA.

Com a razão social regularizada, a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás e Região Ltda., conhecida como “Cooper Frutos do Paraíso”, amplia de 26 para 173 seu quadro de cooperados, e seu território de atuação, passando a atender também em Municípios circunvizinhos como Colinas, Cavalcante, São João d’Aliança e Teresina de Goiás.” (CEADS,2014).

Nos anos de 2017 e 2018 houve apoio da Gestão atual através da Equipe da Secretaria Municipal de Educação, e em especial da mediação da Nutricionista Claudia Lulkin para a cooperativa regularizar sua situação documental, possibilitando assim a participação nos programas e retomada da Chamada Pública do PNAE e proposta de compra do PAA; visando oferta/aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação Escolar.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Foi desenvolvida a coleta de dados através da realização de entrevistas com atores envolvidos neste contexto. Essa técnica quase sempre possibilita uma maior abrangência do pesquisador na área objeto da pesquisa.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Foi utilizada a pesquisa documental ; realizada entre os meses de setembro de 2018 e março de 2019; onde foram levantados documentos oficiais sobre as ações desenvolvidas pela SME de APG no que concerne o atendimento a Lei 11.947/ de 16/07/96, Art. 14 , combinado com a Resolução nº 26 de 17/06/13 (FNDE) , com dispensa de licitação, que define a Agricultura Familiar

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análises das Chamadas Públicas

Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações. (BRASIL, 2013).

Com objetivo de apresentar todas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do município de Alto Paraíso de Goiás nos anos de 2017/18 referentes a Agricultura Familiar ; foi efetivada a análise dos documentos e pesquisa, das ações da gestão da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso e Goiás nos anos de 2017 e 2018; que se concentraram primeiramente em atender ao que preconiza as Políticas Públicas do PNAE com a aquisição dos gêneros alimentícios para suprir as necessidades das escolas municipais.

Em Analise ao histórico do atendimento A Lei 11.947/96 no município, foi identificado que desde o ano de 2011 existiu a participação do município no PNAE e PAA com forte articulação da Secretaria Municipal de Educação, da nutricionista, dos agricultores e da única Cooperativa (Cooper frutos do Paraíso) existente no município com capacidade de atendimento aos programas.

Segundo levantamentos apresentados, assim que assumiu a nova gestão, a Secretária de Educação de Alto Paraíso de Goiás, no ano de 2017, foi identificado que havia a necessidade de contratação de uma nutricionista para o atendimento mais eficiente e eficaz das diretrizes necessárias ao bom atendimento as escolas e alunos no que concerne a oferta de alimentos para a merenda escolar e conseqüentemente ao atendimento as Políticas Públicas de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar PNAE e PAA.

A pesquisa documental foi realizada entre os meses de setembro de 2018 e março de 2019; onde foram levantados documentos oficiais sobre as ações desenvolvidas pela SME de APG no que concerne o atendimento a Lei 11.947/ de 16/07/96, Art. 14 , combinado com a Resolução nº 26 de 17/06/13 (FNDE) , com dispensa de licitação, que define a Agricultura Familiar .Importante destacar que as políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar se configuram como ferramentas complementares , em muitos municípios grande instrumento de promoção da saúde dos escolares, por ter caráter

regular, permanente podendo ser de qualidade e em quantidades adequadas; bem como fator de desenvolvimento da agricultura familiar.

No caso específico as ações foram centradas primeiramente na pesquisa da confecção da chamada pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da agricultura Familiar dos anos 2015 a 2018; para efeito de comparações.

As ações para efetivação das chamadas Públicas 01/2017 e 01/2018, (Anexos 1 e 2), anos em que os dados são objetivos centrais da pesquisa foram documentadas, e se mostram condizentes com o que é estabelecido no Decreto nº 7.775/2011;

...devem ser divulgadas amplamente, contendo quantidades, especificações dos produtos, o local de entrega, os critérios de seleção dos beneficiários ou organizações fornecedoras, as condições contratuais, e a relação dos documentos necessários para a habilitação. (MDS, pág..30. 2018).

As chamadas Públicas efetivadas por esta gestão nos anos 2017 e 2018 citados, buscando o maior alcance de aquisição de produtos da agricultura Familiar; e tiveram especificidades a saber:

- No ano de 2017 um dos anos desta pesquisa, a chamada pública foi realizada em única habilitação, sendo efetivada no mês de maio , tendo a presença desta pesquisadora como a Secretária Municipal de Educação à época , da nutricionista do Município, senhora Claudia , assessoria de Finanças Ana Paula , e assessor de prestação de Contas João Melo, representantes da Secretaria de Educação; bem como professora Rosimar da Silva, Presidente do CAE- Conselho de Alimentação Escolar e demais membros do CAE; onde participou a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás e Região LTDA – COOPER FRUTOS DO PARAÍSO, sendo verificado , após análise que a documentação “Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros” estava vencida , e que após consulta ao setor Jurídico e de Licitações da Prefeitura Municipal ; foi aberto um prazo de 10 dias para a regularização da documentação ; fato este que se concretizou. Contatou-se que foram atendidas as exigências legais de publicidade, chamadas nos órgãos de comunicação local e Federal (Diário Oficial) visando o chamamento dos grupos formais de agricultores para apresentação de documentos de Habilitação e Projeto de venda. Sendo posteriormente aprovado o projeto de venda e confeccionado o contrato.

- No ano de 2018 foi realizada a Chamada Pública nº 01/18 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei 11.947, de 16/7/09 Resolução nº 26 do FNDE , com algumas documentações pendentes da única cooperativa participante; entretanto após consulta constatou-se que a Ata do Novo conselho administrativo não estava em dias, aberto assim prazo de 10 dias para a entrega. Constatando que a documentação exigida em lei dos agricultores, o DAP – Documento de Aptidão ao PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar estava válido. Após a data estipulada o documento pendente foi apresentado, dando assim validade a Chamada Pública. Destaque para a lista de produtos e gêneros alimentícios da chamada ter em seu rol produtos da região tais como, açúcar mascavo, banana passa, baru (sementes torradas) farinha de jatobá, frutos do cerrado IN natura (mangaba, buriti, cajuí, araticum,), pequi, melado de cana, polpa de frutas locais (mangaba, juçara, açaí), tahine (manteiga de gergelim). Comparecendo somente o grupo formal Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás, Cooper Frutos do Paraíso.

Tendo a participação da Secretária Municipal de Educação, Lícia Mary O. Santos, da Nutricionista Claudia Lulkin, representantes da Secretaria Municipal de Educação, professora Rosimar da Silva Presidente do CAE- Conselho de Alimentação Escolar, e demais membros representantes deste colegiado, bem como representantes da Cooperativa Cooper frutos do Paraíso. Sendo posteriormente aprovado o projeto de venda e confeccionado o contrato.

Também foram levantadas junto à Secretaria Municipal de Educação, Atas de recebimento de abertura dos envelopes e julgamento das Chamadas públicas dos anos de 2017 e 2018, (anexos 3 e 4).

4.1.2 Ata de Abertura de Envelopes e Julgamento

No ano de 2017 (anexo 3) está Cooperativa, única no município , e a que mais ganha licitações na região , estava com Certidão Negativa de Débitos Relativos às

Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, do ministério da Fazenda vencida; após consulta ao setor Jurídico e de Licitações da Prefeitura, foi dada a possibilidade de que o referido grupo apresentasse em 10 dias o documento atualizado e em dias, como forma de cooperação e suporte na articulação intersetorial e na operacionalização dos recursos provenientes dos programas de aquisição de alimentos. Solicitação atendida em tempo.

No ano de 2018 (anexos 4), novamente a cooperativa estava com documentação em atraso, desta vez a Ata da reunião do novo Conselho Administrativo; bem como registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) novamente após consulta do setor Jurídico da Prefeitura Municipal foi aberto prazo de 45 dias para a regularização, o que de fato aconteceu a contento.




Nos dois anos analisados foram apresentados os Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, contendo dados Gerais da Cooperativa, identificação da entidade executora, relação dos fornecedores e Identificação dos agricultores com Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

4.2 Análise dos valores recebidos e gastos com o PNAE nos anos 2017 e 2018


Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Educação e disponibilizados, foram recebidos os valores abaixo para a aquisição de gênero alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda escolar do Município.

Após análise obtivemos os resultados:

Quadro 2 – Resultados dos valores de crédito x débito

ANO EXERCÍCIO	VALOR RECEBIDO PNAE	VALOR GASTO AGRICULTURA FAMILIAR	%	
2015	R\$ 115.920,00	R\$ 16.973,17	14,64 %	
2016	R\$ 256.480,00	R\$ 11.464,36	4,46 %	
2017	R\$ 133.598,00	R\$ 19.945,35	14,92 %	
2018	R\$ 148.702,00	R\$ 33.623,40	22,61 %	

Fonte: Feito pela autora

Posição dos valores gastos na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar em relação ao ano anterior: 

Na análise dos valores aplicados nos anos foco desta pesquisa 2017 e 2018(anexo 5) podemos identificar que houve uma pequena melhora no ano de 2017, primeiro ano desta gestão; e um aumento muito considerável em relação ao ano de 2018. Entretanto ainda estando aquém do mínimo esperado para o atendimento à Lei 11.947/09 em seu Artigo 14,

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

4.3 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA é importante ferramenta e Política Pública criado originalmente pela Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, primeiramente no âmbito do FOME ZERO que tem como objetivo a promoção e o acesso de alimentação saudável e adequada a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS 2018); que também fomenta, incentiva e valoriza a Agricultura Familiar.

Destaque para o apoio a produção e ao consumo que é gerado por esta Política Pública, que necessita de constante articulação intersetorial para a sua efetivação. Nunca fugindo das exigências legais de confecção de Chamada Pública, aferição de documentos exigidos legalmente, ampla divulgação, concretização dos contratos, pagamentos devidos aos agricultores, efetivação da logística de entrega dos alimentos aos órgãos beneficiados e pôr fim a fiscalização necessária para que a lei seja realmente cumprida e seu objetivo alcançado (MDS).

Documentos levantados junto a Secretaria de Educação relativos ao Programa de aquisição de Alimentos – PAA do ano de 2018: Formulário Bipartite entre Organização Fornecedora e representante do Poder Público Municipal (anexo6), Termo de compromisso da unidade recebedora (R\$ 112.000,00) (anexo 7). Propostas de participação /Doação simultânea da Cooper Frutos do Paraíso (anexo 8). Ata de Reunião do Conselho de

Alimentação Escolar de apresentação proposta de Participação ao PAA à ser submetida a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Segundo informações de representantes da Secretaria de Educação e do Presidente da Cooper frutos do Paraíso;no ano de 2018 a cooperativa participou do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; com devida e solicitada participação da Secretaria Municipal de Educação, da nutricionista que fez avaliação de quantidades necessárias para as escolas beneficiadas futuramente.

Importante destacar a anuência do gestor maio do município, Prefeito Martinho Mendes na contratação de uma nutricionista, o que contribuiu para que o Projeto desta cooperativa concorresse e se confirmasse vitoriosa e bem colocada, em segundo lugar no Estado de Goiás. Também destaco a participação somente de mulheres no projeto, o que somou pontos.

Ainda destacando a especificidade de ficar bem colocado no Estado o que reflete e mais instituições sendo beneficiadas, bem como as cooperadas agricultoras.

A informação obtida via entrevista e através do documento PROPOSTA de PARTICIPAÇÃO e DOAÇÃO SIMULTÂNEA/2018;tendo como organização fornecedora a Cooperativa agro ecológica dos Produtores Rurais de Alto Paraíso de Goiás, “Cooper Frutos do Paraíso”, representada pelo senhor Sinomar machado de Carvalho , e organização recebedora Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás, representada pela senhora Lícia Mary Oliveira Santos (pesquisadora); é que no ano de 2018 a cooperativa Cooper Frutos do Paraíso foi contemplada com valor de R\$ 112.00,00 no programa PAA. Tendo a participação de 14 agricultoras familiares e cooperadas.

4.4 Extratos SIGPC

Extratos de liberações de resultados dos recursos do Fundo Nacional da educação Sistema Gestão Prestação de Contas SIGPC (FNDE.); onde foram extraídos os valores gastos coma merenda escola nos anos de 2015 a 2018 (anexo 9 e 10).

Todos estes documentos foram obtidos na Secretária de Educação no Município, através dos setores de Finanças Funcionária Ana Paula Carvalho, Prestações de Contas João e Nutricionista, Claudia Lulkin, entre o mês de agosto 2018 e março 2019, por fim

feita a análise do material coletado em confronto com que preconiza as Leis afins e o referencial teórico no tema proposto.

4.5 Descrição e análise das entrevistas

De acordo com Ludke e André (1986), a entrevista é um importante complemento para informações obtidas por outras técnicas, revelando muitas vezes aspectos renovados. Portanto foi escolhida nesta pesquisa, que se efetivou em 21 de fevereiro 2019, momento em que foi realizada a entrevista semi estruturada na feira de Produtores Rurais de Alto Paraíso de Goiás com Cooperados que participam do PNAE e PAA; Programa de aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes a Agricultura Familiar e Rural ; instrumento este em que algumas cooperadas tiveram a oportunidade de falar sobre participação nos programas, a importância para o sustento de suas famílias, exporem suas experiências junto à cooperativa e a relação com a instituição gestora destes recursos, entre outros assuntos. Buscou-se assim compreender melhor a concepção dos atores envolvidos na oferta do programa, e conseqüentemente a participação na execução do programa.

Também foi realizada entrevista com o presidente da Cooperativa no dia 27 de fevereiro de 2019; e com a Nutricionista, representante da Secretaria Municipal de Educação no dia 25 de março 2019.

4.5.1 Descrição e análise das entrevistas com os cooperados

Em 21 de fevereiro 2019 foi realizada a entrevista semi estruturada, na feira de produtores rurais de Alto Paraíso de Goiás com Cooperados que participam do PNAE e PAA; Programa de aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes a Agricultura Familiar e Rural ; instrumento este em que eles tiveram a oportunidade de falar sobre a participação nos programas, importância para o sustento de suas famílias, expor suas experiências junto à cooperativa e a relação com a instituição gestora destes recursos, entre outros assuntos. Foi realizada no dia 27 de fevereiro 2017 uma entrevista com o Presidente da Cooperativa participante também dos programas do governo como cooperado produtor.

A entrevista semi estruturada foi realizada na feira de Produtores Rurais, no dia 21 de fevereiro do corrente ano, com 03 cooperadas, com faixa etária entre 40 e 50 anos; que serão chamadas de cooperada A, B e C. (apêndices 1,2 e 3).Elas participando PNAE e PAA; Programa de aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes a Agricultura Familiar e Rural ; instrumento este em que eles tiveram a oportunidade de falar sobre a participação nos programas, importância para o sustento de suas famílias, expor suas experiências junto à cooperativa e a relação com a instituição gestora destes recursos, entre outros assuntos. Na análise das concepções e colocações da **cooperada A** que há 10 anos faz parte da cooperativa, sendo todas 04 pessoas participantes da agricultura familiar, que é a principal fonte de renda. Em relação a atuação da SME na agricultura familiar destaco da fala:

Eles precisam melhorar, deve haver uma visita técnica do representante para ver a produção, até mesmo do Secretário de Agricultura.... Em relação as dificuldades enfrentadas ainda relatam que: não tem assistência técnica e orientação dos órgãos. (Cooperada A).

Entretanto existe o contraponto as atividades de apoio da SME, quando se pergunta a cooperada B o que considera importante melhorar, ou em relação à parceria com esta instituição; tendo a afirmação:

“Nós estamos satisfeitos como está, o pessoal trata a gente bem, a entrega é adequada e foi melhor entregar os produtos todos na Secretaria de Educação”.

Ainda afirmando a mesma cooperada B sobre a **atuação da SME**:

“Acho boa a parceria, muito útil estar nos ajudando, antes não tinha como produzir mais, porque não tinha para quem vender os produtos.”

Quando indagada sobre a atuação da SME, o que resta claro a necessidade de uma maior sintonia entre as instituições:

Nos últimos mandatos, tenho tido um bom relacionamento com os gestores. A atuação envolve todos, tanto a SME quanto os produtores; quando a SME trabalha em conjunto é satisfatório. O que está faltando é a parte da distribuição. Precisamos de mais apoio para a distribuição. “Deveria ter um carro próprio.”

Ainda segundo a participação nos Programas PNAE e PAA,

“Para mim tem uma importância muito grande, nós trabalhamos já sabendo onde aplicar os produtos. Tudo que nós ganhamos a mais nós compramos coisas para melhorar a casa, pagar escola dos filhos, comprar eletrônicos; e ainda podemos fazer compromissos.”

Ainda sobre os benefícios de participar dos programas destaco a concepção da **cooperada C**, de 50 anos e a sexta participante;

Digo que é muito importante, pois minha família trabalha na feira, mas tem muitas que não; para minha família é um complemento...

Ainda está cooperada C sobre os seus produtos fazerem parte da merenda escolar:

“Além de incentivar a produção local da Agricultura Familiar, porque quando tem demanda uma coisa leva a outra. Também melhora a qualidade da merenda escolar. Cada professor, diretor ou membro deveria saber da importância de os produtos fazerem parte da merenda escolar; nós levamos produtos saudáveis, é gratificante pensar que estou produzindo o orgânico que é de primeira qualidade para a minha família e para a merenda escolar.”

Esta cobrança permite identificar a preocupação deveria ser de todos com a produção, neste sentido destaco que deve existir um esforço coletivo de apoio e articulação entre as instituições que promovam políticas públicas de cooperação. Saraiva (2013, p. 933):

Nesse sentido, do desenvolvimento local, é de fundamental importância o reconhecimento do papel interdependente das várias secretarias do poder executivo (tanto municipal quanto estadual) relacionados ao tema, como agricultura, educação, fazenda, ou administração, entre outras.

É unânime, diante das respostas de todas as cooperadas, a melhoria de vida após fazerem parte dos programas PNAE e PAA; ainda segundo cooperada A, após iniciar a participação nos programas:

“Melhorou em tudo, na renda de nossa família, o dinheiro que a gente recebe depois que entrega o produto; mesmo que demore um pouco. O nosso conforto melhorou, compramos um carro com este dinheiro.”

Cabe destacar a importância dos Programas PNAE e PAA para os produtores rurais cooperadas, pois todos relataram que a venda direta auxilia bastante no sustento de suas famílias, e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida. Incentivar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local certamente requerem o esforço conjunto de todos os segmentos no sentido de que a Lei seja cumprida e em especial atender realmente o propósito a que se configura.

Figura 2 - Cleonice Cooperada (A) ao centro, seu esposo Antônio Oliveira e filha a esquerda, nutricionista Claudia Lulkin e Pesquisadora Lícia Mary, Secretária 2018/ SET. 2019.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3 - Pesquisadora Lícia Mary, Secretária 2018/ SET. 2019; cooperada (B) Fernanda e esposo José Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4 - Cooperado não identificado esquerda; Sr. Vergílio esposo da cooperada (C) Elizabete Guedes; pesquisadora e Secretária Educação 2017/18 - Lícia Mary e Nutricionista SME Claudia Isabel Lulkin.



Fonte: Arquivo Pessoal

4.5.2 Descrição e análise da entrevista com o Presidente da Cooperativa

Também foi realizada entrevista, no dia 27 de fevereiro 2017, com o Presidente da Cooperativa Senhor **Sinomar Machado de Carvalho**, (apêndices 4) também participante dos programas do governo como cooperado produtor; senhor de 65 anos, casado e com oito filhos. Destacando que, segundo pesquisa:

O histórico de participação deste membro da cooperativa Frutos do Cerrado se confunde com a própria fundação e história da Cooper frutos do Paraíso; pois ele desde o ano de 2006 vem atuando no sentido de organizar agricultores para participarem da Cooperativa e conseqüentemente comercialização de alimentos dentro das Políticas Públicas. PNAE e PAA (Lulkin, 2018).

Por ser as cooperativas organizações em sua essência democráticas, existe por parte de seus membros, participação ativa na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Sendo considerada a função do Presidente de cooperativas contribuir de maneira efetiva e eficaz o desenvolvimento da cooperativa. (Pontes; Mendes, 2009).

Portanto na análise das respostas do Presidente podemos identificar preocupações bem pertinentes às suas atribuições e responsabilidades. O senhor Sinomar se mostra bastante preocupado com a operacionalização das atividades da Cooperativa; quando perguntado sobre as dificuldades enfrentadas:

“Falta de recursos para investir na infra-estrutura; falta de o Município atualizar o SIM (Serviço de Inspeção Municipal) aprovado pela Câmara Municipal e pelos órgãos competentes.... Por falta dele a nossa produção artesanal de processados, como polpa de frutas, biscoito, pequenos

animais, frango, peixe, porcos, está inviabilizada; porque o PNAE e PAA diz na Lei que tem que estar licenciado, e por falta, estamos entregando só produto “in natura”, mais ou menos 20 % de nossa produção”.

Em relação a gestão votada as ações da Municipalidade e da SME, o presidente considera que “a gestão deveria ser compartilhada para a construção de uma unidade de abastecimento de Produtos da agricultura Familiar”.

Em relação ao PAA, o senhor Sinomar destaca a pouca importância atribuída por ele, ao fato de a gestora da pasta ter assinado o documento para que a cooperativa pudesse ter a chance de participar deste programa. Fato este que seria impossível caso os gestores não concordassem em participar, bem como a responsabilidade do gestor em imprimir o seu CPF e acompanhar a execução destas políticas públicas e assegurar que o seu objetivo de fato seja alcançado; a disponibilidade através da aquisição de alimentos de produtos da agricultura familiar aos estudantes e demais beneficiados.

Cabe destacar que no capítulo 2.4 do volume Compras Institucionais do Ministério do Desenvolvimento, defende:

A importância da articulação intersetorial para a operacionalização do PAA... do ponto de vista da execução, os estados e Municípios para operarem seus recursos de forma satisfatória do PAA,inevitavelmente devem envolver suas áreas de Agricultura , saúde, educação assistência social e outros... a partir de uma representação plural de segmentos da sociedade que trabalham o tema da Segurança Alimentar e Nutricional-SAN e /ou a agricultura Familiar.(BRASIL, 2018).

Por fim o presidente da Cooperativa destaca a importância da atuação desta cooperativa não somente para o Município de Alto Paraíso de Goiás, mas para os Municípios do território da Chapada dos Veadeiros e Região.

4.5.3 Descrição e análise da entrevista com a Nutricionista.

Importante constatar que a entrevistada Nutricionista Claudia Isabel Lulkin (apêndices 5), representante da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás; que foi uma das personagens atuantes deste 2011 quando aconteceu os primeiros e importante passos da gestão desta municipalidade para o atendimento aos programas implantados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura Familiar.

Destaque para o papel desta mediadora neste contexto entre a instituição, os produtores rurais da Cooperativa Cooper frutos do Paraíso e demais membros das escolas, entre eles as merendeiras, o que auxiliou os gestores no atendimento a esta importante Política Pública.

A nutricionista que está à frente dos trabalhos na SME tem vasta experiência no cargo, em especial na mediação e gestão dos programas PNAE e PAA; aqui destacando o grande apoio e experiência da Equipe da Secretaria Municipal de Educação, e da gestora da pasta e em especial do apoio da Assessora de Finanças, senhora Ana Paula de Carvalho.

Importante destacar que a Lei está sendo cumprida pela gestão do município, confrontando com as respostas da entrevistada; no que concerne as atribuições conferidas a Nutricionista. Conforme Lei n° 11.947/ de 16 junho 2009, Art. 11 e12:

A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao **nutricionista responsável**, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Quando se é confirmado pela fala da nutricionista, que diz:

“À própria chamada pública é feita pela nutricionista junto com o CAE, conselho de alimentação escolar...além disso, a introdução dos alimentos vindos da Agricultura nas cantinas, mobilizando e sensibilizando as merendeiras, também é papel da nutricionista. ”

Ainda segundo a Lei supracitada;

Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada. (FNDE).

A nutricionista afirma que:

“Há um diferencial no caso de Alto Paraíso pois em 2018 e 19 está havendo a INTRODUÇÃO DAS FRUTAS DO CERRADO na Chamada Pública...a introdução dos alimentos vindos da agricultura nas cantinas, mobilizando e sensibilizando as merendeiras também é papel da nutricionista. ”

Quando a nutricionista relata a importância de os produtos da agricultura familiar fazerem parte de alimentos ofertados aos alunos, vai de encontro ao Art. 12 da Lei n° 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada

A saber:

“Estas indústrias não vendem alimentos, ela garante nutrição animal. Vendem produtos alimentícios, que não é a mesma coisa. Um alimento que vem do campo, mesmo que ainda se precise de algum tipo de fertilizante, tem cor, tem sabor, tem vitalidade. Imagine vir um frango congelado produzido em São Paulo....quantos quilômetros de estrada num caminhão. E a qualidade da refrigeração.... e os outros aspectos, animais que comem ração produzida com soja transgênica, que recebem altas quantidades de hormônios para dar para essas crianças que vivem num pequeno território cercado por campos e águas maravilhosas, tendo familiares ainda produzindo alimentos?”.

O que configura aqui o conceito defendido na Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação a qualidade na alimentação:

Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e mais desenvolvimento local de forma sustentável.

Esta concepção mostra a preocupação com a alimentação adequada e saudável que deve ser uma preocupação constante dos gestores em especial nas políticas públicas de aquisição de alimentos para os escolares.

Como citado por outros entrevistados e quando perguntada sobre o que pode ser melhorado nos programas em relação à entrega dos alimentos para as escolas; a nutricionista também identificou a necessidade de a SME ter um material de apoio e transporte mais adequado para a logística da entrega dos alimentos adquiridos;

“Nem caixas de isopor adequadas nem embalagens. Os agricultores tampouco têm... ainda é um serviço precário. ”

Importante destacar a visão da nutricionista em relação a atuação da Secretaria Municipal da Educação, que representa a gestão do Prefeito atual Martinho Mendes da Silva, na agricultura familiar:

“ A Secretaria Municipal de Educação tem mantido o seu compromisso com a Agricultura Familiar desde 2011. Isto é muito importante. Todas as Secretárias, as gestoras, compreendem esta importância pois todas têm relação como aROÇA. Alto Paraíso é muito rico, é um pequeno município dentro de um GRANDE PARQUE e dentro de um grande Campo... ainda tem um perfil agrícola e se entender seu papel avançando na agroecologia e no extrativismo sustentável, será grande referência para o Brasil e para o mundo. ”

Por fim a nutricionista entende o seu papel neste contexto, quando questionada sobre a importância de se ter uma nutricionista nos programas PNAE e PAA:

“É necessário ter um profissional comprometido, que entenda a filosofia destes programas como Políticas Públicas conquistadas pela sociedade e que tem um fundamento, que geram riqueza e saúde coletiva. Esse é o papel do nutricionista: observar o território onde está vivendo e ampliar as possibilidades desse território.”

Ainda complementando a importância neste contexto;

“... nós vivemos em um território MUITO IMPORTANTE para toda a vida. Tanto como nutricionista como cidadã, nosso papel é alertar para alternativas possíveis PARA TODOS.”

Posso destacar e complementar, a importância dada por esta nutricionista ao seu papel diante destas políticas quando ela discorre sobre a articulação junto as merendeiras do município:

A articulação com as merendeiras também foi sendo construída, tanto dentro das cozinhas quanto em encontros específicos...com base nesta construção coletiva foi possível retomar a Chamada Pública do PNAE, em 2017, e ampliar a compra de frutas nativas do Cerrado no ano de 2018... (Lulkin, p.31, 2018).

Compreendemos que a profissional em questão desenvolve de maneira bastante comprometida as suas funções, ainda em destaque o poder de articulação entre os segmentos.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

As políticas públicas Municipais têm especificidades por deter certa autonomia e por elaborarem diretamente algumas Leis; mas não suprem as necessidades básicas dos Municípios. Para tanto a gestão pública municipal deve concentrar esforço para sanar dificuldades e atender demandas primárias da sociedade.

Considerando ainda que os municípios carentes ainda complementem as verbas para os programas das esferas Federais e Estaduais, os Municípios que fomentam a agricultura familiar, através dos programas PNAE e PAA, além de elevar a qualidade e quantidade de alimentos oferecidos, também contribui para aumentar a capacidade de produção dos agricultores familiares, conseqüentemente elevando a capacidade produtiva, a renda, a arrecadação municipal, e de maneira bem significativa a qualidade de vida da população também seguirão o mesmo caminho. No município de Alto Paraíso de Goiás, o setor turístico ainda é atividade predominante; sendo a produção agrícola ainda muito tímida é centrada na monocultura. Entretanto contando com assentamento de produtores e cooperativa que recebe apoio em algumas atividades da gestão municipal.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma Política Pública desenvolvida através de ações de oferta de alimentação escolar, bem como ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública; tendo caráter suplementar; e direcionado a complementação de renda aos agricultores familiares. Segundo informações obtidas em Alto Paraíso o atendimento a estes programas teve início no ano 2011 através de forte mobilização da gestão municipal impulsionada por membros do setor da educação, direcionada aos agricultores; sendo desenvolvido de maneira razoável ao longo dos anos.

Através desta pesquisa percebe-se a importância dada pelas gestoras da pasta da Secretaria de Educação, com apoio e mediação de demais funcionários e da nutricionista prestadora de serviço da Prefeitura Municipal; constatando ter como membros da SME pessoas realmente comprometidas e engajadas na mediação entre agricultores e o setor público em seus diversos segmentos, instituições e atores.

Apesar de se perceber algumas falhas no atendimento direto e apoio dado pelos gestores superiores do município aos agricultores; ao longo dos anos, percebe-se de maneira geral que a assistência em relação a estradas, disponibilidade de tratores e equipamentos, logística de

escoamento e demais apoios, sempre esteve presente para este segmento. Existindo de forma constante este apoio aos pequenos agricultores e assentados.

Ainda foi constatado que as ações da Secretaria de Educação ao longo dos anos de 2017 e 2018 atenderam de forma satisfatória as exigências da Lei nº 11.947/09, e resolução 26/2013 do FNDE. E foram efetivadas respeitando a lei de licitações, chamadas públicas; tomadas de preços, publicidade, imparcialidade; confecção de contratos, recebimento dos alimentos e pagamentos aos agricultores fornecedores.

Foi constatado ainda que, apesar da única cooperativa existente na região receber apoio de diversos membros e setores da sociedade civil, da Prefeitura, da Secretaria de Educação, da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento – CEADES e da nutricionista do Município; ainda não conseguiu desenvolver as suas atividades de maneira mais consistente, para que o mínimo exigido em Lei, de produtos sejam entregues e fornecidos à municipalidade; ou seja a Cooperativa não efetua a entrega de produtos que correspondam a no mínimo 30 % da verba recebida por Alto Paraíso pelo PNAE / FNDE, conforme artigo 14 da Lei 11.947/09.

Na busca de respostas aos questionamentos desta pesquisa em relação a GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAISO DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018; envolvendo os programas voltados à agricultura familiar em Alto Paraíso de Goiás; pode ser verificado e constatado que as ações legais que deveriam ser desenvolvidas para a concretização da chamada pública lograram êxito e resultaram em um aumento considerável. Confirmando que nos dois anos analisados foram efetivados e adquiridos produtos em percentagens maiores que os 2 anos anteriores.

Encontrando-se os resultados:

- Encontramos estes valores no ano de 2015 (14,64 %), 2016 (4,46 %), antiga gestão; e no objeto desta pesquisa ano de 2017 (14,92 %) e 2018 (22,61 %) nova gestão respectivamente que foram gastos na agricultura familiar do total de recursos recebidos pelo Município do PNAE/FNDE. Um aumento bastante considerável.

Entretanto se faz claro a necessidade de maior articulação; Para tanto identificou-se que se faz necessário a implementação e execução de políticas voltadas a acompanhamento mais descentralizado, a apoio na acessória e assistência técnica ao produtor; que nas nos instrumentos de pesquisa obtivemos as respostas de cooperados agricultores, de que necessitam de maior apoio neste sentido.

Por fim esta pesquisa buscou identificar , apresentar e analisar a gestão da Agricultura familiar ao longo dos anos 2017 e 2018 realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás; concluindo assim que os movimentos de articulações no âmbito municipal devem sofrer modificações visando maior integração das Secretarias Municipais de Educação e também da Agricultura, do CAE- Conselhos Municipais, demais membros ; as merendeiros, as nutricionistas existentes no município; membros da EMATER- Assistência Técnica e Extensão Rural , e em especial dos Agricultores Familiares. Ações estas que assegurem a integração da alimentação escolar e da agricultura familiar; cumprindo o papel de fornecer alimentação segura, saudável e nutricional, respeito as tradições e culturas locais, o desenvolvimento sustentável e a geração de renda.

É de se espantar que ainda existam gestores que não cumprem a Lei 11.947/2009, em especial o Artigo 14, que exige que sejam adquiridos no mínimo 30 % da verba recebida com a agricultura familiar; ainda mais considerando os enormes benefícios advindos desta política pública e do seu atendimento na íntegra. Entretanto foi identificado em Alto Paraíso de Goiás, através desta pesquisa, que diversos fatores contribuem para que os gestores não utilizem 30 % da verba recebida na agricultura Familiar. Para tanto se identificou que se faz necessário a implementação e execução de políticas voltadas a acompanhamento mais descentralizado, a apoio na acessória e assistência técnica ao produtor; pois foi identificado através das respostas de cooperados agricultores, a necessidade de maior apoio neste sentido. Ainda se identificou a necessidade de um veículo para entrega dos produtos da Secretaria Municipal de Educação nas escolas, bem como pessoal de apoio nesta logística. Também foi constatada a necessidade de maior organização da Cooperativa no que concerne a regularização dos documentos legais desta instituição; melhor distribuição dos produtos a serem disponibilizados aos agricultores para a entrega; também melhor aproveitamento do solo consequentemente fornecimento de mais variados alimentos e produto e em maior quantidade. Sendo necessário a conscientização e mobilização das cooperativas /grupos formais; maior poder persuasão a novos agricultores participantes, distribuição mais adequada dos produtos a serem distribuídos a cada agricultor. Para efeito de sugestão á gestão Municipal, centrada nos resultados desta pesquisa, se faz necessário maior articulação das Secretarias de Educação, da Agricultura e Meio Ambiente visando o atendimento a supracitada Lei e artigo. Constatou-se assim que muito se tem avançado ao longo dos anos de implantação dos programas de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar em Alto Paraíso de Goiás; houve um aumento considerável nos dois anos objeto desta pesquisa; ainda em uma ação voluntária do Prefeito atual, senhor Martinho Mendes, sendo feita uma Horta Municipal que entregou nos 2 anos mais de 700 quilos de alimentos. Entretanto existe a necessidade de mobilização dos setores e em especial dos agricultores para que os objetivos destes programas PNAE e PAA sejam alcançados.

REFERÊNCIA

ALTAFIN, Iara. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. 2007..

BELIK, Walter. **O Programa Nacional de Alimentação escolar e a Gestão Municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local**. Vol. 22. 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº. 9394/1996

CAMPOS, Rafael Albuquerque. **Agricultura Familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/Pr**. 51 pg. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, CURITIBA.

CHAVES, Lorena Gonçalves. **Políticas de Alimentação Escolar** / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88p. - (Pro funcionário - curso técnico de formação para os funcionários da educação).

Compras da Agricultura Familiar.

Edição. Belo Horizonte, Interlivros, 1974.

Editorial: **A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades**. Acesso em : 24 de janeiro. 2019

NIEDERLEL, Paulo André, et al. **O segredo do Paraíso**. ALPA. Paraíso Agora. Acesso em: 13 de março. 2019

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** São Paulo: Atlas, 2008.

<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/abntnabr6023>. Acesso em: 18 janeiro 2019.

<https://www.fn-de.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: fevereiro 2019.

<https://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 20 de março de 2019.

IBGE, pesquisa dia 12/03/2019 história alto Paraíso de Goiás.

Lei nº 11.947/2009 – PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Portal FNDE /PNAE.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **Compras Institucionais para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável**. As contribuições do PAA. Brasília: UFOP, 2018.

Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Formulário de busca. 27/02/2019

Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Compras da Agricultura Familiar**. Pesquisado em 24 janeiro.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Uma análise do PNAE nos municípios de Dracena e Regente Feijó Ellen Tamires Pedriali Colnago, pesquisa 22/02/19. Horas 22h03min

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. **Políticas Públicas Educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva

ALVES, José Irivaldo, et al. Políticas **Públicas Municipais**: uma Análise no Semiárido Paraibano.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de, et al. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança alimentar**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

SALOMON, Dêlcio V. **Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia do trabalho científico**. 12ª Ed. 2010

www.emtese.ufsc.br **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma. Acesso em: 28 de março de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Prezado(a) * elionice silva oliveira,

Meu nome é Lícia Mary Oliveira Santos, sou aluna de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade de Brasília, e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Sob a orientação da Profa. Meire Cristina Cunha, Mestre em Educação Pela Universidade de Brasília.

Dessa maneira, convido o(a) Sr.(a) a participar da entrevista, a qual tem como objetivo conhecimento, divulgação, análise e reflexão sobre a gestão da agricultura familiar em nosso Município.

A participação na pesquisa se dará por meio de entrevista individual e as informações coletadas serão utilizadas apenas para a execução da pesquisa de forma a garantir o sigilo e privacidade da sua identidade, caso assim deseje e se manifeste.

Reforço que sua participação é de suma importância para a entrevista e desde já agradeço pela colaboração

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, e em especial do nosso Município.

Atenciosamente,

Profa. Meire Cristina Cunha /coordenadora e orientadora da UnB responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. E-mail: professorameirecunha@gmail.com

Aluna: Lícia Mary Oliveira Santos/Pedagoga e aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás. E-mail: liciamary1@gmail.com

Eu (assinatura), * elionice silva oliveira

Capeto → Antonio Oliveira

Declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alto Paraíso de Goiás, 21 de fevereiro de 2019

Entrevista com produtores Rurais da agricultura familiar PNAE/ PAA Alto Paraíso de Goiás.

Cooperativa COOPERFRUTOS DO PARAÍSO.

1) Nome completo/idade/estado civil/nível de escolaridade/número de filhos?

Clonice Silva Oliveira
40 anos, casada,
Ensino fundamental 1º fase
01 filho

2) Há quanto tempo faz parte da Cooperativa e entrega produtos da agricultura familiar?

10 anos que participa

3) Quantas pessoas de sua família participam da produção para os programas da agricultura familiar?

04 pessoas
Eu, meu marido, minha filha e
seu marido e as netas Também

4) Qual a porcentagem (%) do total de seus produtos é entregue nos programas do Município?

60 % da produção

5) Qual a principal fonte de renda da sua família?

A nossa principal fonte de
renda é a agricultura,
além é a única.

06) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você para conseguir produzir?

Assistência Técnica no campo
orientações dos órgãos não tenho.
nenhuma.

Sem orientação já acontecer
de perdermos a produção,
por falta da boa técnica.

07) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de gêneros alimentícios para as escolas?

Melhorar a distribuição
depois que o produto já está na
Secretaria de Educação.
Com entrega mais rápida.

08) Qual a sua opinião em relação aos seus produtos fazerem parte de alimentos da merenda escolar?

Acho ótimo, porque a gente tem
conhecimento dos que os nossos filhos,
filhos dos nossos amigos comem um
alimento saudável, então a gente de
alegria e de orgulho.
Quereria que esses projetos não
acabassem nunca.

09) Como você vê a atuação da Secretaria Municipal de Educação na Agricultura Familiar no Município?

Pelo conhecimento que eu tenho
eles apoiam, mas tudo tem dificuldade.
Precisa melhorar, até mesmo ter uma
cizeta de representante no
assentamento para vir a produzir.
Até mesmo da Prefeitura e do
Secretário de Agricultura.

10) Qual a importância de participar dos programas PNAE e PAA para o sustento de sua família?

Melhorou em tudo, na renda da
nossa família, o dinheiro que
a gente recebe, depois que entrega
o produto; mesmo que demore um
pouco.

O nosso conforto melhorou, no
início a gente comprava um meio de
6000,00 no dinheiro.

melhorou bastante a vida
de todos participantes.

07) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de

gêneros alimentícios para as escolas? Melhorar a distribuição

alimentos que o produto foi entregue

08) Qual a sua opinião em relação aos seus produtos fizeram parte de alimentos da merenda

escolas? Muito bom, porque o produto

foram muito bons, que os produtos foram

entregues e de qualidade

09) Como você vê a atuação da Secretaria Municipal de Educação na Agricultura Familiar no

Município? Muito bem, porque os produtos

foram muito bons, que os produtos foram

entregues e de qualidade

10) Qual a importância de participar dos programas PNAF e PAA para o sustento de sua família?

Muito importante, porque os produtos

foram muito bons, que os produtos foram

entregues e de qualidade

11) Qual a importância de participar dos programas PNAF e PAA para o sustento de sua família?

Muito importante, porque os produtos

foram muito bons, que os produtos foram

entregues e de qualidade

12) Qual a importância de participar dos programas PNAF e PAA para o sustento de sua família?

Muito importante, porque os produtos

foram muito bons, que os produtos foram

entregues e de qualidade

APÊNDICE 2

Prezado(a) Fernanda Gomes Leitao Prado,

Meu nome é Lícia Mary Oliveira Santos, sou aluna de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade de Brasília, e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Sob a orientação da Profa. Meire Cristina Cunha, Mestre em Educação Pela Universidade de Brasília.

Dessa maneira, convido o(a) Sr.(a) a participar da entrevista, a qual tem como objetivo conhecimento, divulgação, análise e reflexão sobre a gestão da agricultura familiar em nosso Município.

A participação na pesquisa se dará por meio de entrevista individual e as informações coletadas serão utilizadas apenas para a execução da pesquisa de forma a garantir o sigilo e privacidade da sua identidade, caso assim deseje e se manifeste.

Reforço que sua participação é de suma importância para a entrevista e desde já agradeço pela colaboração

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, e em especial do nosso Município.

Atenciosamente,

Profa. Meire Cristina Cunha /coordenadora e orientadora da UnB responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. E-mail: professorameirecunha@gmail.com

Aluna: Lícia Mary Oliveira Santos/Pedagoga e aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás. E-mail: liciamary1@gmail.com

Eu (assinatura), * Fernanda Gomes Leitao Prado
esposo do José Antônio do Prado
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alto Paraíso de Goiás, ____ de ____ de 2019

Entrevista com produtores Rurais da agricultura familiar PNAE/ PAA Alto Paraíso de Goiás.

Cooperativa COOPERFRUTOS DO PARAÍSO.

1) Nome completo/idade/estado civil/nível de escolaridade/número de filhos?

fernanda Gomes feitosa Prado
50 anos - casada
estudou até 5ª série
4 filhos

2) Há quanto tempo faz parte da Cooperativa e entrega produtos da agricultura familiar?

6 anos

3) Quantas pessoas de sua família participam da produção para os programas da agricultura familiar?

Todos.
as 6 pessoas da família.

4) Qual a porcentagem (%) do total de seus produtos é entregue nos programas do Município?

80% nos entregamos.

5) Qual a principal fonte de renda da sua família?

Tenho um filho que trabalha na cidade. meu esposo tem um trabalho extra e é aposentado. Também ajuda os vizinhos em serviços gerais. mas a renda da agricultura é uma boa parte do nosso sustento

06) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você para conseguir produzir?

Mais é não ter apoio necessário, Começamos do zero, não tinha como arar, não tinha semente. Para conseguir o adubo não foi fácil

Para produzir o orgânico é muito difícil, muito trabalhoso

07) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de gêneros alimentícios para as escolas?

Nós estamos satisfeito como, está, a pessoal trata a gente bem. A entrega é adequada. Foi bem melhor entregar na Secretaria.

08) Qual a sua opinião em relação aos seus produtos fazerem parte de alimentos da merenda escolar?

Eu acho que é muito bom, porque as crianças precisam da merenda, e eu tenho que vender os produtos.

Eu, nós levamos produtos saudáveis e é bom para todos, inclusive para todos a saúde.

É gratificante, ao de pensar de estar produzindo o orgânico que é de primeira qualidade, para a família e para as crianças.

09) Como você vê a atuação da Secretaria Municipal de Educação na Agricultura Familiar no Município?

Acho uma parceria muito boa, muito útil, a coordenação da Secretaria. Nós estamos ajudando e recebendo ajuda; estar sendo apoiado. Antes nós tinha como produzir mais porque nós tinha como vender os produtos da agricultura.

10) Qual a importância de participar dos programas PNAE e PAA para o sustento de sua família?

Para mim tem uma importância grande; nós trabalhamos já sabendo onde aplicar a produção.

Tudo que a gente ganha a mais nós compramos para melhorar a casa, pagar a escola do filho, comprar eletrodomésticos para casa.

Pode fazer compromisso.

APÊNDICE 3

Prezado(a) Elizabeth Guedes Magalhães

Meu nome é Lícia Mary Oliveira Santos, sou aluna de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade de Brasília, e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Sob a orientação da Profa. Meire Cristina Cunha, Mestre em Educação Pela Universidade de Brasília.

Dessa maneira, convido o(a) Sr.(a) a participar da entrevista, a qual tem como objetivo conhecimento, divulgação, análise e reflexão sobre a gestão da agricultura familiar em nosso Município.

A participação na pesquisa se dará por meio de entrevista individual e as informações coletadas serão utilizadas apenas para a execução da pesquisa de forma a garantir o sigilo e privacidade da sua identidade, caso assim deseje e se manifeste.

Reforço que sua participação é de suma importância para a entrevista e desde já agradeço pela colaboração

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, e em especial do nosso Município.

Atenciosamente,

Profa. Meire Cristina Cunha /coordenadora e orientadora da UnB responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. E-mail: professorameirecunha@gmail.com

Aluna: Lícia Mary Oliveira Santos/Pedagoga e aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás. E-mail: liciamary1@gmail.com

Eu (assinatura), *Elizabeth Guedes Magalhães

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Expreso - Angelo Klaus Magalhães
Alto Paraíso de Goiás, ____ de ____ de 2019

Entrevista com produtores Rurais da agricultura familiar PNAE/ PAA Alto Paraíso de Goiás.

Cooperativa COOPERFRUTOS DO PARAÍSO.

1) Nome completo/idade/estado civil/nível de escolaridade/número de filhos?

Elizabeth Guedes Magalhães
 → 58 anos, casada
 Ensino médio completo
 04 filhos

2) Há quanto tempo faz parte da Cooperativa e entrega produtos da agricultura familiar?

06 anos

3) Quantas pessoas de sua família participam da produção para os programas da agricultura familiar?

03 pessoas

4) Qual a porcentagem (%) do total de seus produtos é entregue nos programas do Município?

30% da produção

5) Qual a principal fonte de renda da sua família?

nossa principal fonte de renda
 é a Agricultura familiar

06) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você para conseguir produzir?

Doenças, pragas, insetos que
 atacam a produção.
 → nós só trabalhamos com
 orgânicos.

nos tivemos apoio do governo com

o Kit par, que veio pela prefeitura com 200, ~~mts~~ de mangueira, bomba, caixa d'água, e telas. Mas a assistência foi somente 3 anos não tinha feira para vender os produtos.

07) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de gêneros alimentícios para as escolas?

Importante ter investimento. Precisamos de um transporte via prefeitura, ou a associação para entregar nas escolas.

08) Qual a sua opinião em relação aos seus produtos fazerem parte de alimentos da merenda escolar?

Além de incentivar a produção local da agricultura familiar, porque quando tem demanda uma coisa leva a outra. Também melhora a qualidade da merenda escolar. Cada diretor, professor e membro, deveria saber a importância dos produtos fazem parte.

09) Como você vê a atuação da Secretária Municipal de Educação na Agricultura Familiar no Município?

Nos últimos mandatos, temos tido um bom relacionamento com os gestores. A atuação envolve todos. Tanto o produtor quanto a Secretaria trabalha em conjunto e é satisfatório isto. O que está faltando é a parte de distribuição, mais apoio para a distribuição.

Deveria ter um canal próprio para isto.

10) Qual a importância de participar dos programas PNAE e PAA para o sustento de sua família?

Digo que é muito importante, muitas famílias trabalham na feira, mas tem famílias que não têm a feira para vender. Na muitas famílias é um complemento, porque trabalham nas feiras, mas é muito importante.

APÊNDICE 4

10/03/2019

1 Entrevista fl 1 Licia.jpg

Prezado(a) SINOMA MACHADO DE CARVALHO,

Meu nome é Lícia Mary Oliveira Santos, sou aluna de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade de Brasília, e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Sob a orientação da Profa. Meire Cristina Cunha, Mestre em Educação Pela Universidade de Brasília.

Dessa maneira, convido o(a) Sr.(a) a participar da entrevista, a qual tem como objetivo conhecimento, divulgação, análise e reflexão sobre a gestão da agricultura familiar em nosso Município.

A participação na pesquisa se dará por meio de entrevista individual e as informações coletadas serão utilizadas apenas para a execução da pesquisa de forma a garantir o sigilo e privacidade da sua identidade, caso assim deseje e se manifeste.

Reforço que sua participação é de suma importância para a entrevista e desde já agradeço pela colaboração

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, e em especial do nosso Município.

Atenciosamente,

Profa. Meire Cristina Cunha /coordenadora e orientadora da UnB responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. E-mail: professorameirecunha@gmail.com

Aluna: Lícia Mary Oliveira Santos/Pedagoga e aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás. E-mail: liciamary1@gmail.com

Eu (assinatura), *



declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alto Paraíso de Goiás, 29 de FEVEREIRO de 2019

10/03/2019

2 Entrevista fl 2 Licia.jpg

Entrevista com produtores Rurais da agricultura familiar PNAE/ PAA Alto Paraíso de
Goiás,
da Cooperativa COOPER FRUTOS do PARAÍSO.

1) Nome completo/idade/estado civil/nível de escolaridade/número de filhos?

SINOMAR MACHADO DA CARVALHO 65 ANOS, CASADO,
SEGUNDO GRAM COMPLETO 0120 FILHOS

2) Há quanto tempo faz parte da Cooperativa e entrega produtos da agricultura familiar?

0190 ANOS

3) Quantas pessoas de sua família participam da produção para os programas da agricultura familiar?

EU MINHA ESPOSA

4) Qual a porcentagem (%) do total de seus produtos é entregue nos programas do Município?

50 %

5) Qual a principal fonte de renda da sua família?

DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E APOSENTADORIA
DOSSA.

06) Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas por você para conseguir produzir?

FALTA DE RECURSOS PARA INVESTIR NA
INFRAESTRUTURA E FALTA DO MUNICÍPIO PREFÉITO
AUTORIZAR O SIM QUE JA ESTÁ APROVADO PELA
CÂMARA MUNICIPAL E OMENS ORÇAMENTO COMPETENTE AO

10/03/2019

3 Entrevista fl 3 Licia.jpg

GOVERNO E MUNICÍPIO E ESTÃO, POR FAZTA
DESTE "SIM" NOSSA PRODUÇÃO ARTESANAL PRODUTOS,
COMO, FOLHA DE FANTAS, BISCOITOS, PEQUENOS ANIMAIS "FRANGO
PAIOL, PORQUE ESTE, ESTA ENVIADIZADO POR QUE O
"PAA E PNAE" ESTÃO DIZ NA LEI QUE TEM QUE ESTAR
REGISTRADO, E POR FAZTA, ESTAMOS ENTREGANDO SO PRODUTO

07) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de gêneros alimentícios para as escolas?

CONFORME DISSSE LÍCIA, PRIMEIRO O MUNICÍPIO PRECISA CADAVAR A LEI A COOPERATIVA EM GESTÃO
COMPARTILHADA, CONSTATIVA UMA UNIDADE ABASTECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

08) Qual a sua opinião em relação aos seus produtos fazerem parte de alimentos da merenda escolar?

É MUITO IMPORTANTE, QUANDO NÓS DAS PAZ PAIOLADAS FAMILIARES, PRIMEIRO NÓS PRODUZIMOS PARA ATENDER NOSSA FAMÍLIA, PRODUTOS DE ALTA QUALIDADE, PORQUE ESTAMOS ALIMENTANDO NÓS, SEGUNDO O QUE SABEM TEMOS QUE VENDER PARA LEVANTAR RECURSOS PARA NOSSAS NECESSIDADES "RENTA" E

09) Como você vê a atuação da Secretária Municipal de Educação na Agricultura Familiar no Município?

NO CASO DE ALTA PARALISADO, É MUITO ENGESSADO A UMA FAZTA DE INTERAÇÃO MUITO GRANDE, POR EXEMPLO, QUANDO NO "PAA OS ENVOLVIDOS DO RAZO DA MUNICÍPIO SO GAVE O TRABALHO DE COSSINAR O PRODUTO, APÓS COMPARAR PARA VIABILIZAR A REGISTRO DE ENTREGA, PERDO NEGADO. NAS NOS OUTROS MUNICÍPIOS DO

10) Qual a importância de participar dos programas PNAE e PAA para o sustento de sua família?

É IMPORTANTÍSSIMO, MAS NÃO SÓ PARA NOSSA FAMÍLIA E PARA TODAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO, ESTADO E BRASIL

ESTA EXPERIÊNCIA NOSSA COM PAA E PNAE JÁ FOI ATÉ PARA OUTROS PAÍSES.

APÊNDICE 5

Prezado(a) _____,

Meu nome é Lícia Mary Oliveira Santos, sou aluna de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade de Brasília, e estou desenvolvendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALTO PARAÍSO Em relação ao PAA, o senhor Sinomar destaca a pouca importância atribuída por ele, ao fato da gestora da pasta ter assinado o documento para que a cooperativa pudesse ter a chance de participar deste programa. Fato este que seria impossível caso os gestores não concordassem em participar, bem como a responsabilidade do gestor em imprimir o seu CPF e acompanhar a execução destas políticas públicas e assegurar que o seu objetivo de fato seja alcançado; a disponibilidade através da aquisição de alimentos de produtos da agricultura familiar aos estudantes e demais beneficiados. DE GOIÁS. Ações desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018. Sob a orientação da Profa. Meire Cristina Cunha, Mestre em Educação Pela Universidade de Brasília.

Dessa maneira, convido o(a) Sr.(a) a participar da entrevista, a qual tem como objetivo conhecimento, divulgação, análise e reflexão sobre a gestão da Agricultura Familiar em nosso Município. A participação na pesquisa se dará por meio de entrevista individual e as informações coletadas serão utilizadas apenas para a execução da pesquisa de forma a garantir o sigilo e privacidade da sua identidade, caso assim deseje e se manifeste.

Reforço que sua participação é de suma importância para a pesquisa e desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração auxiliará na geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, e em especial do nosso Município.

Atenciosamente,

Profa. Meire Cristina Cunha /coordenadora e orientadora da UnB responsável pelo desenvolvimento da pesquisa. E-mail: professorameirecunha@gmail.com

Aluna: Lícia Mary Oliveira Santos/Pedagoga e aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás. E-mail: liciamary1@gmail.com

Eu (assinatura), _____

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alto Paraíso de Goiás, 25 de 25 março 2019.

Entrevista com a Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás, referente a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para suprir as escolas do Município.

- 1) Nome completo/idade/estado civil/nível de escolaridade/número de filhos?

Claudia Isabel Lulkin, 63 anos, casada, superior, formada em Nutrição com Pós-Graduação em “Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado” – UnB Cerrado.

1 filho com 36 anos.

- 2) Quais são as atribuições do profissional Nutricionista, no que concerne o atendimento a estes programas?

A Nutricionista tem o papel de articuladora entre os atores envolvidos: a própria secretaria que gere o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, com os agricultores. No caso de Alto Paraíso, a própria Chamada Pública é feita pela Nutricionista junto com o CAE, Conselho de Alimentação Escolar. Também há um diferencial no caso de Alto Paraíso pois em 2018 e em 2019 está havendo a INTRODUÇÃO DAS FRUTAS NATIVAS DO CERRADO na Chamada Pública, foco da pesquisa da Nutricionista. Além disso, a introdução dos alimentos vindos da agricultura nas Cantinas, mobilizando e sensibilizando as merendeiras, tb é papel da Nutricionista. No ano de 2018, a Cooperativa Frutos do paraíso, coletivo que está mais organizado para oferta de alimentos, ganhou o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos. A Nutricionista participou deste projeto para avaliar quantidades necessárias para as escolas. Ter uma nutricionista na SME também contava pontos para o projeto, além de haver MULHERES ASSENTADAS produtoras de alimentos. O município ficou em primeiro lugar, empatado com outro município.

- 3) Qual a sua opinião sobre a atuação do profissional nutricionista nos programas PNAE e PAA
Como você avalia a sua atuação neste Município?

Desde 2011 (anos 2011, 2013, 2017, 2018 e 2019 em que esta nutricionista vem atuando), a SME passou a comprar da Agricultura Familiar. Antes isso não acontecia. É difícil falar sobre eu mesma....Pois posso estar me “van/gloriando” mas como Alto Paraíso é uma cidade pequena e tenho facilidade em relações pessoais, principalmente por honrar e respeitar as pessoas em suas atividades, pude ir construindo relações fortes que acabam se espelhando também na atividade profissional. Todos tem confiança e colocam seu melhor. Como tenho uma carreira de muitos anos e com muito sucesso, minha “entrega” a este território e suas necessidades foi e é muito grande. Porém o município nunca deu o verdadeiro valor para isso, o salário sempre foi aquém do salário base das nutricionistas, o contrato sempre foi precário, pois nunca recebi em julho nem dezembro e janeiro e sempre tive que me afastar para poder equilibrar minha vida financeira.

- 4) Como você analisa a participação das Cooperativas nos programas supracitados; qual a importância dos programas para os cooperados e vice e versa?

Em Alto Paraíso só há uma Cooperativa organizada: a COOPER FRUTOS DO PARAÍSO. A organização coletiva continua sendo muito difícil neste município. São agricultores familiares, alguns estabelecidos há várias gerações, no Povoado do Moinho e no Sertão mas muitos são assentados da Reforma Agrária, estabelecidos há não mais de 15 anos na região.

A cultura tanto da cooperação quanto do Cooperativismo como empresa coletiva ainda não tomou corpo, efetivamente. Porém de qualquer forma, a Cooper Frutos do Paraíso consegue ter uma infraestrutura básica que apoia os agricultores. A Cooper, com pessoas muito competentes e respeitadas no Estado de Goiás, tem conseguido carro e micro ônibus a partir de políticas públicas governamentais e tem documentos que passam a avaliar essas relações entre instituições como a SME. O transporte também foi importante para deslocamentos de agricultores para cursos, oficinas, encontros de capacitação.

Os cooperados vão melhorando de condição de vida tendo como escoar parte de sua produção através desta políticas públicas e, também, através das Feiras na cidade, hoje em número de 4.

Os processos sociais tem um tempo para se estabelecer mas observamos que a quantidade e variedade de alimentos está crescendo e muita criatividade no uso de alimentos locais vem acontecendo como o uso de JACA e a presença do gergelim e das frutas nativas do cerrado nas feiras.

A Cooper e os agricultores também foram muito apoiados por projetos do Centro UnB Cerrado desde 2008 até 2019, centro dirigido pela Profa. Dra Nina Laranjeira, como claro foco na evolução comunitária em agroecologia.

- 5) Como você descreveria e analisaria o seu papel na mediação entre a Secretaria Municipal de Educação e o os produtores da Agricultura Familiar, participantes das Cooperativas?

Essa mediação passou a acontecer em 2011, quando fui convidada a uma reunião da Cooperativa, na Cidade da Fraternidade e desafiei os agricultores a venderem para a “merenda” das escolas. Eles não tinham essa experiência. Nem a Sme.

Na verdade eu também fui desafiada pois nunca tinha trabalhado com a Alimentação Escolar mas já vinha de experiências de outras Políticas Públicas, do Programa Fome Zero. Em 1994 gerenciei a reabertura do Restaurante Popular de Belo Horizonte que abriu com 1000 comensais no primeiro dia (11 jul 1994). Então já tinha noção de PROCESSOS LICITATÓRIOS de alimentos e de como escolher trabalhadores/as. E também vinha da experiência de coordenar duas COZINHAS COMUNITÁRIAS em Porto Alegre, dentro da Coordenadoria de Segurança Alimentar/FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), o que me garantia receber alimentos que vinham de Cooperativas de Assentados para grupos em total exclusão social – uma favela e uma Unidade de triagem e Compostagem – triadores de lixo..E vivia numa favela, nesse período, por conta de um projeto de Envolvimento Comunitário. Então a proximidade com pessoas que precisam de desafios como motor para reencontrar a autoestima me fez uma MEDIADORA SOCIAL, uma mediadora de conflitos...

Cheguei AFIADA em Alto Paraíso.

- 6) Na sua opinião , **quais são as maiores dificuldades encontradas para o atendimento a Lei 11.947/96**, que *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; Art. 14 “ Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar...”*, ?

Primeiramente os agricultores não tem todo o rol de alimentos que a cultura alimentar local pede nem há um sistema municipal de inspeção sanitária que garanta a presença de alimentos como carne, frango, ovos, leite, queijo. Então esses alimentos precisam ser licitados, comprados através de empresas que dispõem desse alimentos.

Na medida em que o município possa ter seu SIM – Sistema de Inspeção Municipal e que os agricultores tivessem apoio para ter pequenas agroindústrias avalizadas, com certeza essa cota aumentaria, além dos 30%.

Muitas vezes, e a pesquisa de Lícia vai demonstrar, que nem sempre se alcançou a cota dos 30%. A SME, desde 2011, sempre teve o interesse de alcançá-la, porém nem sempre os agricultores tinham a disponibilidade de alimentos ou estavam organizados para isso.

Mas neste município, a minha atuação também garantiu mudanças na própria cooperativa e temos uma sintonia fina, PROFISSIONAL e também de amizade, mas NUNCA sem ÉTICA, sem moral. Nunca tiro um “por fora”...nunca ganhei nada de \$\$\$\$ que não meu salário e ISSO faz muita diferença num País com tantas riquezas naturais, principalmente aqui, neste Cerrado e, ao mesmo tempo e sempre, tão corrupto!

- 07) Qual seria a porcentagem a ser adquirida da Agricultura Familiar seria a adequada para você?

Cem por cento, claro. Mas depende do SIM, depende da evolução na diversidade de alimentos que os agricultores possam ofertar, depende de se ter mais do que UMA SÓ MERENDEIRA em quase

todas as escolas e depende, também, de se poder OFERTAR refeições completas para os estudantes, o que garantiria muito mais NUTRIÇÃO, considerando que esses estudantes das escolas municipais estão em fase de crescimento e vem de famílias com poucos recursos financeiros.

Claro, é uma % ideal, pois também se sairia da mão das indústrias de alimentos que NÃO GARANTEM QUALIDADE. Essas indústrias não vendem ALIMENTOS! Vendem produtos alimentícios, que não é a mesma coisa. Um alimento que vem do campo, mesmo que ainda se precise de algum tipo de fertilizante, tem cor, tem sabor, tem vitalidade. Imagine vir um frango congelado produzido em São Paulo....quantos quilômetros de estrada num caminhão. E a qualidade da refrigeração.... e ttos outros aspectos, animais que comem ração produzida com soja transgênia, que recebem altas quantidades de hormônios para dar para essas crianças que vivem num pequeno território cercado por campos e águas maravilhosas, tendo familiares ainda produzindo alimentos?

08) O que você considera importante a ser melhorado nestes programas em relação à entrega de gêneros alimentícios para as escolas?

A SME não tem transporte adequado nem pessoas para fazer isso. Nem caixas de isopor adequadas, nem embalagens. Os agricultores tampouco têm....Ainda é um serviço precário. E, em 2011 se ganhou uma Unidade para processamento dos alimentos provenientes do campo para as escolas mas a Prefeitura não garantiu a idéia e o recurso foi perdido. (COOPER/SME/Ser de Agricultura)

09) Qual a sua opinião em relação aos produtos da Agricultura Familiar fazerem parte de alimentos da merenda escolar?

Acho FUNDAMENTAL. São eles que, EFETIVAMENTE, garantem **nutrição de qualidade**. Eles são produzidos de formas bastante saudável, muitos respondem à cultura alimentar local como rapadura “tijolo”, abóbora, mandioca, até jiló as crianças comem, farinha de mandioca maravilhosa, Ainda mais quando conseguimos colocar os riquíssimos alimentos do Cerrado, desde GERGELIM, a farinha de baru, de jatobá. Riquezas que o Cerrado tem.

E frutas – goiaba, acerola, seriguela, banana, mexerica, laranja....

E como as merendeiras são muito criativas e estimuladas, garantimos preparações saborosas.

10)) Como você vê a atuação da Secretária Municipal de Educação na Agricultura Familiar no Município?

A SME tem mantido seu compromisso com a Agricultura Familiar desde 2011. Isso é muito importante. Todas as Secretárias, as gestoras, compreenderam essa importância pois todas tem relação com a ROÇA. Alto Paraíso é muito rico, é um pequeno município dentro de UM GRANDE PARQUE e dentro de um grande campo....Ainda tem um perfil agrícola e se entender seu papel avançando na agroecologia e no extrativismo sustentável, será grande referência para o Brasil e para o mundo.

Sabemos disso!

11) Para você, qual o papel e a importância do nutricionista nos programas PNAE e PAA?

É necessário ter um profissional comprometido, que entenda a filosofia destes programas como Políticas Públicas conquistadas pela sociedade e que tem fundamento, que geram riqueza e saúde coletiva. Esse é o papel do nutricionista: observar o território onde está vivendo e ampliar as possibilidades desse território. Garantir que as pessoas possam alcançar um BEM VIVER, mesmo que, momentaneamente, isso possa parecer utópico. A história dos seres humanos está sempre mudando. Estamos num momento de crise civilizatória, em todo o Planeta. Nós vivemos num território MUITO IMPORTANTE para a vida. Tanto como nutricionista como cidadã, nosso papel é alertar para alternativas possíveis PARA TODOS!!!!!!

Eu (assinatura), __Nutr Claudia Lulkin, crn 1 – 13754, assino este documento como totalmente verdadeiro! _____

Alto Paraíso de Goiás, __25__ de __março de _____ 2019.

ANEXOS

ANEXO 1



Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

Chamada Pública N.º 001/2017 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 26 do FNDE, de 17/06/2013.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça do Centro Administrativo Divaldo William Rinco N.º 01, Centro, inscrita no CNPJ sob o N.º 01.740.455/0001-06, representado neste ato pelo Prefeito, Martinho Mendes da Silva, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás e Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 01 de Junho à 01 dezembro de 2017. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia 30 de Maio de 2017, terça-feira, às 10 horas, na Secretaria Municipal de Educação, com sede na APM 01, Quadra n.º 01, Lote n.º 01, Novo Horizonte – Alto Paraíso – GO.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Nº	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário estimado	Valor Total
01	Abacate	kg	100	5,00	500,00
02	Abacaxi. Fruto saudável, sem manchas e em grau médio de amadurecimento.	kg	100	5,00	500,00
03	Abóbora madura. Unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	500	2,50	1250,00

Praça Centro Administrativo Divaldo William Rinco n.º 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

04	Abobrinha verde. Com casca lisa e brilhante, firme, não pode estar murcha.	kg	50	3,00	150,00
05	Açafrão. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termos soldado com 100 g.	litro	1 p cada escola	20	200,00
06	Açúcar mascavo. Produto obtido a partir do processamento da cana de açúcar, sem corantes e aditivos químicos. Embalagem plástica de 1 kg, com data de fabricação e validade. Validade mínima aceita seis meses	Kg	20 400	8,00	160,00
07	Alho: Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	15	15,00	225,00
08	Banana Passa.	kg	60	15,00	900,00
09	Banana maçã, prata, pacovan, nanica.ourinho. Frutas firmes, limpas e maduras.	kg	400	3,50	1400,00\
10	Batata doce. Íntegras, frescas, limpas e sem esverdeamento (solanina).	kg	200	3,50	700,00
11	Berinjela. Íntegras, frescas e limpas.	kg	50	3,50	175,00
12	Beterraba. Íntegras, frescas e limpas.	kg	100	2,50	250,00
13	Cenoura. Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	400 200	3,50	1400,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rineo nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO

[Handwritten signatures and initials]



Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

14	Cebola: Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	100	5,00	500,00
15	Chuchu. Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	50	2,00	100,00
16	Farinha de Mandioca. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termos soldado com 01 kg	kg	100	8,00	800,00
17	Gergelim	kg	30	20,00	600,00
18	Laranja. Suculentas e maduras, sem estarem pode murchas. Tamanhos regulares	kg	500	3,00	1500,00
19	Limão (qualquer variedade). Suculento e maduro.	kg	100	3,50	350,00
20	Mamão: firme, não pode estar murcho, unidades de medias a grandes, íntegras, frescos e limpos.	kg	300	3,00	900,00
21	Mandioca. Sem casca, polpa branca ou amarela de odor agradável, de cozimento rápido.	kg	300	4,00	1200,00
22	Maracujá	kg	100	5,00	500,00
23	Melancia. Frescas, maduras, sem ferimentos ou defeitos, mantendo, mantendo as características organolépticas.	kg	300	2,00	600,00
24	Mexerica	kg	300	3,00	900,00
25	Milho verde. Espiga sem casca.	Kg ESPIGA -140 g	800	2,50	2000,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000

Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com

Alto Paraíso de Goiás - GO

[Handwritten signatures and stamps]



Estado de Goiás

 Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
 Secretaria Municipal de Educação

26	Polpas de frutas locais congeladas (acerola, caju, manga, mangaba, juçara – açaí) selecionadas, isenta de contaminação; toda fruta (sem água), embalagem de 500g acondicionada em saco plástico de polietileno de 01kg. Constar o nome do produtor, endereço, telefone, data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 06 meses.	kg	500	15,00	7500,00
27	Rapadurinha. De primeira qualidade, firme e boa aparência.	kg	30	10,00	300,00
28	Tomate	kg	200	5,00	1000,00
	Total				26.560,00

2. Fonte de recurso

Recursos provenientes do PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.

3. Habilitação do Fornecedor

3.1 Envelope Nº. 001 – Habilitação do Grupo Formal: O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope Nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e Ata de Posse da Atual Diretoria da Entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Praça Centro Administrativo Divaldo William Rincó nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

3.2 Envelope N°. 001 – habilitação do Grupo Informal

O Grupo Informal deverá apresentar no envelope N° 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4. Envelope N°. 002 – Projeto de Venda

4.1. No envelope N°. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo IV da Resolução N.º 26 do FNDE, de 17/06/2013.

5. Das Amostras dos produtos: As amostras dos produtos acima relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na APM 01, Quadra nº 01, Lote nº 01, Novo Horizonte - Alto Paraíso - GO, até o dia 25 de maio de 2017, das 14h00 às 17h30, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

6. Local e periodicidade de entrega dos produtos Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no local, horário determinado, no período das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, separadamente em cada escola que recebe o benefício do PNAE.

- a) Gêneros caracterizados como não perecíveis: Deverão ser entregues conforme cronograma estipulado pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar) separadamente nas escolas beneficiárias do PNAE, cujos endereços serão fornecidos ao CONTRATADO;
- b) Gêneros caracterizados como perecíveis: Deverão ser entregues semanalmente e separadamente nas escolas cujos endereços serão fornecidos ao CONTRATADO, conforme cronograma estipulado pelo CAE;
- c) O cronograma de entrega será estabelecido pelo Conselho de Alimentação Escolar e pela Secretaria Municipal de Educação e fornecido ao CONTRATADO na mesma data da celebração do contrato, para início de entrega com prazo de 5 (cinco) dias.

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rincó nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO

[Handwritten signatures and initials]



Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

7. Pagamento

7.1- Pela entrega total dos objetos da presente chamada pública, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente protocolada, acompanhada de Atestado de Recebimento emitido pelo Departamento de Compras/Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás.

7.2- Cada Agricultor Rural e Empreendedor Familiar Rural deverá anexar às Notas Fiscais os seguintes documentos: prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS); Certidões Negativas de Débito para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, que deverão ser anexadas a cada fatura apresentada.

7.3- As Notas Fiscais dos produtos deverão ser entregues após a data da assinatura do contrato.

7.4- O pagamento corresponderá aos produtos efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da chamada pública.

7.5- O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após a data da apresentação da fatura/nota fiscal, conforme Cronograma de Pagamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

7.6- Caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, der causa à retenção da fatura/nota fiscal, causando atrasos e impedindo a conclusão do processo de pagamento, dará direito à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás de prorrogar o prazo de pagamento em igual número de dias.

Disposições Gerais

8.1- A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás no horário de 14h00 as 18h00, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.altoparaiso.go.gov.br;

8.2- Para definição dos preços de referência deverá observar Artigo 29, § 1º da Resolução nº 04 de 02 de abril de 2015. (<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/6341-resolucao-n-04-de-02-de-abril-de-2015>)
https://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vtr_ano=2015&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

8.3- Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos deverão ter prioridade as propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, Resolução Nº 04 de 02 de abril de 2015, art. 25, § 1º;

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rincó nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaiso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO

[Handwritten signatures and initials]




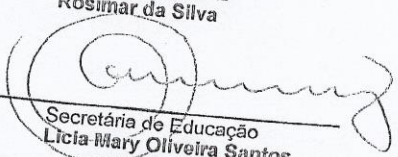
Estado de Goiás

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação

- 8.4- Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 8.5- O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;
- 8.6- A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da mencionada Resolução do FNDE.
- 8.7- A apresentação da proposta implica na aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria, e, se porventura o proponente for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.
- 8.8- Da reunião para recebimento e abertura dos envelopes lavrar-se-á Ata Circunstanciada. Só terão direito de usar a palavra, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os participantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão.

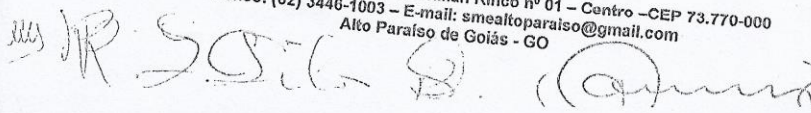
Alto Paraíso de Goiás, 12 de maio de 2017.


 Presidente do CAE
 Rosimar da Silva


 Secretária de Educação
 Licia Mary Oliveira Santos


 Prefeito Municipal
 Martinho Mendes da Silva

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rincó nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



ANEXO 2



Estado de Goiás
 Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
 Secretaria Municipal de Educação



Chamada Pública N.º 001/2018 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 26 do FNDE, de 17/06/2013 e Resolução N.º 4, de 2 de abril de 2015 (em anexo).

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça do Centro Administrativo Divaldo William Rinco N.º 01, Centro, inscrita no CNPJ sob o N.º 01.740.455/0001-06, representado neste ato pelo Prefeito, Martinho Mendes da Silva, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás (representada pela Secretária Lícia Mary Oliveira Santos) e Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), presidido pela Profª. Rosimar da Silva, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de **10 de abril à 01 de dezembro de 2018**. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia **05 de abril de 2018, quinta-feira, às 10 horas, na Secretaria Municipal de Educação**, com sede na Rua Francisco Carlos, Quadra n.º 01, Lote n.º 01, APM 01, Novo Horizonte – Alto Paraíso – GO.

O objeto da presente Chamada Pública é para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, que visa promover a melhoria da qualidade da alimentação nas Escolas Municipais e Conveniadas, criando oportunidades de geração de renda às famílias agricultoras e extrativistas, estimulando sua permanência no campo, valorizando a produção local/regional e fomentando o desenvolvimento agrário sustentável.

Os gêneros alimentícios estão especificados abaixo:

Nº	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário estimado	Valor Total
01	Abacate	Kg	120	R\$ 5,16	R\$ 619,20

Praça Centro Administrativo Divaldo William Rinco n.º 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



02	Abacaxi. Fruto saudável, sem manchas e em grau médio de amadurecimento.	Kg	120	R\$ 4,99	R\$ 598,80
03	Abóbora madura. Unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	240	R\$ 2,99	R\$ 717,60
04	Abobrinha verde. Com casca lisa e brilhante, firme, não pode estar murcha.	kg	72	R\$ 3,00	R\$ 216,00
05	Açafrão. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termo-soldado com 100 g.	100 gr	24	R\$ 2,92	R\$ 70,08
06	Açúcar Mascavo. Produto obtido a partir do processamento da cana de açúcar, sem corantes e aditivos químicos. Embalagem plástica de 1 kg, transparente, com data de fabricação, validade e nome do produtor/propriedade. Validade mínima aceita seis meses.	Kg	84	R\$ 9,50	R\$ 798,00
07	Alho: Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	60	R\$ 19,56	R\$ 1173,60
08	Amendoim	kg	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
09	Arroz Integral	kg	60	R\$ 10,00	R\$ 600,00
10	Banana Passa (pacote com 2 kg)	Unid. pte de	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



		2 kg			
11	Banana Passa com cobertura	Unid. de 30g	1000	R\$ 2,35	R\$2350,00
12	Banana maçã, prata, pacovan, nanica. ourinho. Frutas firmes, limpas e maduras.	kg	240	R\$ 3,58	R\$ 859,20
13	Batata doce. Íntegras, frescas, limpas e sem esverdeamento.	kg	120	R\$ 3,00	R\$ 360,00
14	Batata inglesa Íntegras, frescas, limpas e sem esverdeamento	kg	120	R\$ 3,82	R\$ 458,40
15	Baru (sementes torradas)	kg	12	R\$ 50,00	R\$ 600,00
16	Berinjela. Íntegras, frescas e limpas.	kg	100	R\$ 2,32	R\$ 232,00
17	Beterraba. Íntegras, frescas e limpas.	kg	100	R\$ 3,44	R\$ 344,00
18	Brócolis	kg	72	R\$ 5,00	R\$ 360,00
19	Cenoura. Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	240	R\$ 3,34	R\$ 801,60
20	Cebola: Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	120	R\$ 5,00	R\$ 600,00
21	Chuchu. Unidades médias, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	kg	120	R\$ 3,32	R\$ 398,40
22	Couve-flor	kg	60	R\$ 8,00	R\$ 480,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



23	Farinha de Jatobá	kg	12	R\$ 40,00	R\$ 480,00
24	Farinha de Mandioca. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termosoldado com 01 kg	kg	100	R\$ 8,66	866,00
25	Farinha de milho agroecológica	500 g	84	R\$ 3,64	R\$ 305,76
26	Feijão carioca s/agrotóxico	kg	120	R\$ 7,00	R\$ 840,00
27	Feijão preto orgânico/agroecológico	kg	60	R\$ 7,53	R\$ 451,80
28	Frutos do Cerrado in natura: mangaba, buriti, cajuí, araticum, conforme a safra.	kg	48	R\$ 10,00	R\$ 480,00
29	Gergelim	kg	120	R\$ 18,00	R\$ 2160,00
30	Laranja. Suculentas e maduras, sem estarem pode murchas. Tamanhos regulares	kg	240	R\$ 2,34	R\$ 561,60
31	Limão (qualquer variedade). Suculento e maduro.	kg	50	R\$ 5,00	R\$ 250,00
32	Mamão: firme, não pode estar murcho, unidades de medias a grandes, íntegras, frescos e limpos.	kg	120	R\$ 3,49	R\$ 418,80
33	Mandioca. Sem casca, polpa branca ou amarela de odor agradável, de cozimento rápido.	kg	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



34	Maracujá	kg	60	R\$ 5,00	R\$ 300,00
35	Melancia. Frescas, maduras, sem ferimentos ou defeitos, mantendo, mantendo as características organolépticas.	kg	240	R\$ 1,00	R\$ 240,00
36	Melado (mel de cana)	kg	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
37	Mexerica	kg	120	R\$ 5,00	R\$ 960,00
38	Milho verde. Espiga sem casca.	Kg	240	R\$ 4,00	R\$ 960,00
39	Óleo de indaiá e/ou pequi	litro	12	R\$ 60,00	R\$ 720,00
40	Pão caseiro com fibras	Unid 500 g	120	R\$ 5,43	R\$ 651,60
41	Pequi em lascas secas/ em conserva	kg	24	R\$ 40,00	R\$ 960,00
42	Pimentão	kg	60	R\$ 3,83	R\$ 229,80
43	Polpas de frutas locais congelada (acerola, caju, manga, mangaba, juçara – açaí) selecionadas, isentas de contaminação; embalagem de 1kg acondicionada em saco plástico de polietilenotransparente. Constar a data de fabricação, prazo de validade de, no mínimo, 06 meses, e NOME DA FRUTA do qual é feita a POLPA, nome do produtor/propriedade.	kg	200	R\$ 18,00	R\$ 3600,00

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



44	Polvilho (fécula de mandioca). Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termos soldado com 01 kg	kg	72	R\$ 10,00	R\$ 720,00
45	Quiabo	kg	50	R\$ 50,00	R\$ 250,00
46	Rapadura TIJOLO (tipo c/mamão/banana)	kg	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
47	Rapadura granulada de primeira qualidade, firme e boa aparência.	kg	72	R\$ 10,00	R\$ 720,00
48	Repolho	kg	50	R\$ 3,16	R\$ 158,00
49	Tahine (manteiga de gergelim)	kg	12	R\$ 75,00	R\$ 900,00
50	Tomate	kg	120	R\$ 6,03	R\$ 723,60
51	Vagem	kg	60	R\$ 4,56	R\$ 383,04
	Total				R\$ 35.402,44

Total do valor médio encontrado a partir da pesquisa organizada por técnicos da EMATER e da SME entre os dias 05 e 13 de março: Trinta e cinco mil quatrocentos e dois reais e quarenta e quatro centavos.

2. Fonte de recurso

Recursos provenientes do PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE/PNAE.

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



3. Habilitação do Fornecedor

3.1 Envelope N°. 001 – Habilitação do Grupo Formal: O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope N° 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – **DAP** Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das **certidões negativas** junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e Ata de Posse da Atual Diretoria da Entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

3.2 Envelope N°. 001

 – habilitação do Grupo Informal

O Grupo Informal deverá apresentar no envelope N° 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4. Envelope N°. 002

 – Projeto de Venda

4.1. No envelope N°. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo IV da Resolução N.º 26 do FNDE, de 17/06/2013.

5. Das Amostras dos produtos: As amostras dos produtos acima relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na **Secretaria Municipal de Educação**, com sede na Rua Francisco Carlos, Quadra n° 01, Lote n° 01, APM 01, Novo Horizonte – Alto Paraíso – GO, até o dia **03 de abril de 2018** das 14h00
 Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco n° 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



às 18h00, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

6. Local e periodicidade de entrega dos produtos Os gêneros alimentícios deverão ser entregues semanalmente na sede da **Secretaria Municipal de Educação**, conforme pedidos realizados pelas Escolas Municipais e Conveniadas, a partir do momento em que as escolas enviam seus pedidos de alimentos. Ação coordenada entre responsáveis pela Alimentação Escolar nas escolas, a Nutricionista da Secretaria e os agricultores contratados.

6.1. Tanto os gêneros alimentícios caracterizados como **não perecíveis** como **perceíveis** deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação.

7. Pagamento

7.1- Pela entrega total dos objetos da presente chamada pública, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da fatura ou nota fiscal, devidamente protocolada, acompanhada de Atestado de Recebimento emitido pelo Departamento de Compras/Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás.

7.2- As Notas Fiscais dos produtos deverão ser entregues após a data da assinatura do contrato.

7.3- O pagamento corresponderá aos produtos efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da chamada pública.

7.4- O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após a data da apresentação da fatura/nota fiscal, conforme entrada de recursos provindos do PNAE/FNDE.

7.5- Caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, der causa à retenção da fatura/nota fiscal, causando atrasos e impedindo a conclusão do processo de pagamento, dará direito à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás de prorrogar o prazo de pagamento em igual número de dias.

8. Disposições Gerais

8.1- A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás no horário de 14h00 as 18h00, de segunda a sexta-feira, ou através do site <http://www.altoparaiso.go.gov.br>.

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rincó nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
 Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaiso@gmail.com
 Alto Paraíso de Goiás - GO



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Secretaria Municipal de Educação



8.2- Para definição dos preços de referência deverá observar Artigo 29, § 1º da Resolução nº 04 de 02 de abril de 2015.

8.3- Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos deverão ter prioridade as propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, Resolução Nº 04 de 02 de abril de 2015, art. 25, § 1º;

8.4- Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

8.5- O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;

8.6- A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da mencionada Resolução do FNDE.

8.7- A apresentação da proposta implica na aceitação deste Edital, bem como das normas legais que reagem à matéria, e, se porventura o proponente for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

8.8- Da reunião para recebimento e abertura dos envelopes lavrar-se-á Ata Circunstanciada. Só terão direito de usar a palavra, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os participantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão.

Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco nº 01 – Centro – CEP 73.770-000
Fones: (62) 3446-1003 – E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
Alto Paraíso de Goiás - GO

ANEXO 3

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

CHAMADA PÚBLICA NO. 001/2017

Aos trinta dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezessete (30/05/2017), às 10 h, na sede da SME – Secretaria Municipal de Educação, PAM 01, Qd 01, Lt. 01, Setor Novo Horizonte, reuniram-se os membros do CAE – Conselho de Alimentação Escolar e membros da SME- Secretaria Municipal de Educação, a fim de abrir os envelopes contendo as habilitações da **CHAMADA PÚBLICA no. 001/2017- Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei no. 11.947, de 16/07/2009, Resolução 26 do FNDE, de 17/06/2013.** Devidamente publicada a Chamada Pública para apresentação da documentação para habilitação e projeto de venda de 01 de junho a 01 de dezembro de 2017. Compareceu o Grupo Formal constituído pela Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás Ltda – Cooper Frutos do Paraíso, CNPJ 08.251.782/0001-43, representado pelo Diretor Comercial, Sr. Marconey Correia da Silva e acompanhado pela Sra. Leila Rodrigues Neves. Presentes à Chamada Pública a Secretária da SME, Pedagoga Lícia Mary Santos, a Presidente do CAE, Professora Rosimar Silva, o Prof. Werley Vange da Silva, representante dos professores no CAE, a Sra. Romilda Rinco, representante da Sociedade Civil no CAE, e a Nutricionista da SME, Claudia Lulkin. A Secretária da SME e a Presidente do CAE abriram os envelopes contendo a habilitação do participante. Após análise, constatou-se que a “Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros” do Ministério da Fazenda estava vencida, com data válida até 20/03/2015, porém todos os outros documentos atenderam às exigências do Edital. Foi consultado por telefone o Departamento de Licitações da Prefeitura na pessoa do Sr. Mauricio Wisley Fabrício da Silva, Presidente da Comissão de Licitação, que propôs a solução dessa questão, possibilitando à Cooperativa a entrega do documento citado até 10 (dez) dias após esta Chamada na data de 9 de junho de 2017. O Sr. Marconey foi questionado sobre a troca da Diretora Financeira, Sra. Maria Augusta, ao que foi respondido que o documento de renúncia será apresentado, mas que esse fato não altera a negociação pois é da diretoria comercial o papel dessa relação de compra e venda. Também foi lembrado que o proponente não trouxe as amostras dos produtos pedidos, ao que se estabeleceu o prazo de entrega no dia 8 de junho de 2017, na sede da SME, às 9h. Caso a Cooperativa não apresente o documento citado no prazo de dez (10) dias, será feita nova Chamada Pública no segundo semestre. Nada mais tendo a tratar, foi lavrada esta Ata que segue assinada por todos os presentes. Alto Paraíso de Goiás, 30 de maio de 2017.

Leila Rodrigues Neves
Rosimar da Silva
Lícia Mary Santos
Werley Vange da Silva
Romilda Rinco
Claudia Lulkin

10/06/2017 - Grupo de Trabalho

ANEXO 4

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

CHAMADA PÚBLICA no. 001/2018

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às 10hs, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Rua Francisco Carlos, Quadra 1, Lote 1, APM 01, Setor Novo Horizonte, reuniram-se os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a Profa. Rosimar da Silva, Presidente do CAE, a Profa. Lucia Cristina Ribeiro da Fonseca, o Sr. João de Melo Batista Coutinho, a Sra. Romilda Rinco, a Secretária da Educação Profa. Licia Mary de Oliveira Santos e a Nutricionista Claudia Lulkin, a fim de dar legalidade a esta **CHAMADA PÚBLICA no. 01/2018 – Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar** com dispensa de licitação, Lei no. 11.947 de 16/07/2009, Resolução no. 26 do FNDE, de 17/06/2013. A Chamada Pública foi devidamente publicada chamando grupos formais e informais de agricultores para apresentação da documentação de Habilitação e Projeto de Venda, período de 10 de abril a 01 de dezembro de 2018. A Secretária Licia abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Compareceu a esta Chamada Pública a Cooperativa Frutos do Paraíso, representada pelos Srs. Cesar França e Sinomar Carvalho. O Envelope de no. 1 foi aberto e observou-se os documentos hábeis: CNPJ, Certidão Negativa de Créditos Trabalhistas, Estatuto Social, e Ata da Assembleia Geral ordinária do ano de 2017, faltando a Ata do novo Conselho Administrativo. Segundo os cooperados presentes, o mandato do Conselho Administrativo anterior terminou em 31 de março de 2018, porém a Cooperativa tem Assembleia marcada para 18 de abril de 2018. Isso gerou um debate sobre a legalidade e validade dos documentos apresentados. Por telefone, às 11h 17 min. o Departamento Jurídico da Prefeitura orientou os representantes da Cooperativa e os outros presentes pedindo que a Cooperativa apresente todos os seus documentos válidos em, até, dez dias e que a ATA autenticada da Assembléia seja entregue até o dia vinte de abril. A ATA de eleição da nova diretoria da Cooperativa, após o registro na JUCEG (Junta Comercial do Estado de Goiás), deverá compor todos os documentos em, até, (45) quarenta e cinco dias. O envelope com o Projeto de Venda, de número 2, foi avalizado, constando o nome dos agricultores, suas respectivas DAP – Documentos de Aptidão ao PRONAF e produtos a ser ofertados. Nada mais havendo a tratar e agradecendo a todos, encerrou-se esta Chamada Pública lavrando-se esta ATA que está assinada pelos participantes presentes. Alto Paraíso de Goiás, 05 de abril de 2018.

[Assinaturas manuscritas]
Romilda Rinco. Sinomar Carvalho. Cesar França. Licia Mary de Oliveira Santos. Claudia Lulkin.

ANEXO 5



Contas Online

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

1


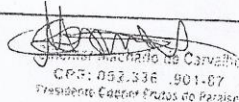
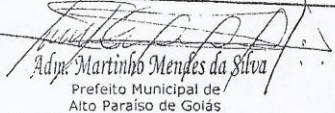
Identificação da Transferência

Programa:	PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Tipo de	REPASSE	Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2017
Entidade:	PREF MUN DE ALTO PARAISO DE GOIAS	CNPJ:	01.740.455/0001-06	Vigência:	01/01/2017 - 31/12/2017
Município/UF:	ALTO PARAISO DE GOIAS-GO	Situação:	Adimplente	Prazo para PC:	15/02/2018

Relação de Pagamento

Documento de Pagamento					Favorecido		Documento de Despesa			
Nº Ordem	Tipo	Número	Data	Valor (R\$)	Nome	CNPJ / CPF	Tipo	Nr./Série	Data	Valor Apropriado(R\$)
1	Transferência	092.502	25/09/2017	712,50	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	002619 / 001	22/09/2017	3.712,50
2	Transferência	092.501	25/09/2017	3.000,00	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	002619 / 001	22/09/2017	3.712,50
3	Transferência	111.701	17/11/2017	8.599,40	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	002643 / 001	13/11/2017	8.599,40
4	Transferência	121.806	18/12/2017	7.633,45	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	002663 / 001	18/12/2017	7.633,45
Total: 19.945,35										

ANEXO 6

 Conab		FORMULÁRIO BIPARTITE ENTRE ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA E REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL	
IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA			
1. Razão Social e Sigla: 2. Cooperativa Agroecol. dos P. R. de Alto P. de Goiás e R. Ltda -Cooper Frutos do Paraíso			
2. Endereço Completo (logradouro, n.º, complemento, bairro) e Ponto de Referência Fazenda Frutos do Paraíso, Go 118 km 140,			
3. Município Alto Paraíso de Goiás		4. UF GO	5. CEP 73770000
7. N.º da Proposta GO/2018/02/0052		6. Telefone/Celular (62) 9 96311958	
8. E-mail Cooperfrutosdoparaíso@gmail.com			
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (PREFEITO OU SECRETÁRIO MUNICIPAL)			
9. Nome Martinho Mendes da Silva			
10. Município Alto Paraíso de Goiás			11. UF GO
12. Cargo (Prefeito ou Secretário Municipal) Prefeito Municipal			
13. Endereço Rua das Mangabeiras, Quadra 7, Lote 11 S/N – Pousada Menina Lua – Bairro Setor Planalto 73770-000			
14. Telefone/Celular 61 999833749		15. E-mail gabinete@altoparaíso.go.gov.br	
16. Em reunião realizada no dia 18.05.2018 , foi pactuado conjuntamente que os alimentos descritos na Proposta de Participação da referida Organização Fornecedora serão doados às Unidades Recebedoras ¹ abaixo elencadas:			
17. Nome da Unidade Recebedora: Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás			
18. CNPJ: 01.740.455/0001-06	19. Telefone/Celular: (62) 34461003	20. E-mail: smealtoparaíso@gmail.com	
21. Endereço: Rua Francisco Carlos Quadra 01 Lote 01 APM 01 – Novo Horizonte			
22. Representante Legal: Lícia Mary Oliveira Santos			
Vigência do Formulário O presente Formulário tem a vigência da "CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR)", podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. As partes assinam o presente Termo em duas vias de igual teor e para um só efeito.			
35. Alto Paraíso de Goiás, 18 de maio de 2018			
36. Sinomar Machado de Carvalho		38.  CPF: 052.336.901-87 Presidente Cooper Frutos do Paraíso	
37. CPF: 052 336 901 87			
39. Nome: Martinho Mendes da Silva		41.  Adm. Martinho Mendes da Silva Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás	
40. CPF: 488.078.771-04			

¹ As Unidades Recebedoras devem possuir o perfil estabelecido na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.


FORMULÁRIO BIPARTITE ENTRE ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA E REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA

1. Razão Social e Sigla:			
2. Cooperativa Agroecol. dos P. R. de Alto P.de Goiás e R. Ltda -Cooper Frutos do Paraíso-			
2. Endereço Completo (logradouro, n.º, complemento, bairro) e Ponto de Referência Fazenda Frutos do Paraíso , Go 118 km 140,			
3. Município Alto Paraíso de Goiás	4. UF GO	5. CEP 73770000	6. Telefone/Celular (62) 9 96311958
7. Nº da Proposta GO/2018/02/0052	8. E-mail Cooperfrutosdoparaíso@gmail.com		

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (PREFEITO OU SECRETÁRIO MUNICIPAL)

9. Nome Martinho Mendes da Silva	
10. Município Alto Paraíso de Goiás	11. UF GO
12. Cargo (Prefeito ou Secretário Municipal) Prefeito Municipal	
13. Endereço Rua das Mangabeiras, Quadra 7, Lote 11 S/N – Pousada Menina Lua – Bairro Setor Planalto 73770-000	
14. Telefone/Celular 61 999833749	15. E-mail gabinete@altoparaíso.go.gov.br

16. Em reunião realizada no dia **18.05.2018**, foi pactuado conjuntamente que os alimentos descritos na Proposta de Participação da referida Organização Fornecedora serão doados às Unidades Recebedoras¹ abaixo elencadas:

17. Nome da Unidade Recebedora: Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso de Goiás		
18. CNPJ: 01.740.455/0001-06	19. Telefone/Celular: (62) 34461003	20. E-mail: smealtoparaíso@gmail.com
21. Endereço: Rua Francisco Carlos Quadra 01 Lote 01 APM 01 – Novo Horizonte		
22. Representante Legal: Lícia Mary Oliveira Santos		

Vigência do Formulário


O presente Formulário tem a vigência da "CÉDULA DE PRODUTO RURAL (CPR)", podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

As partes assinam o presente Termo em duas vias de igual teor e para um só efeito.

35. Alto Paraíso de Goiás, 18 de maio de 2018	
36. Sinomar Machado de Carvalho	38. Sinomar Machado de Carvalho CPF: 052.336.901-67 Presidente Cooper Frutos do Paraíso
37. CPF: 052 336 901 87	
39. Nome: Martinho Mendes da Silva	41. Adm. Martinho Mendes da Silva Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás
40. CPF: 488.078.771-04	

¹ As Unidades Recebedoras devem possuir o perfil estabelecido na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

ANEXO 07

 Conab		TERMO DE COMPROMISSO DA UNIDADE RECEBEDORA	
1. Unidade Recebedora – CNPJ é 01.740.455/0001/06 Titular 01.740.455/0001/06 Unidade Vinculada			
2. Nº Inscrição (CNPJ) 01.740.455/0001-06	3. Código Ativ. Econômica Principal (CNPJ) 53.11-6-00	4. Código Ativ. Econômica Secundária (CNPJ)	
5. Razão Social (conforme registrado no CNPJ) Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás			
6. Nome da Unidade Recebedora Secretaria Municipal de Educação			
7. Endereço completo da Unidade Recebedora (logradouro, n.º, complemento, bairro) Rua Francisco Carlos, quadra 01 lote 01 APM 01 Novo Horizonte			
8. Município da Unidade Recebedora Alto Paraíso de Goiás	9. UF GO	10. CEP 73 770 000	11. Telefone/Celular (62) 3446 10 03
12. Representante Legal (nome completo) Lícia Mary Oliveira Santos		13. E-mail	
14. Cargo/Função Secretária Municipal de Educação		15. Nº CPF 462 854 581 20	
16. Telefone/Celular 062 3446 10 03	17. Endereço completo do local onde ocorrerão as entregas Rua Francisco Carlos Quadra 01 Lote 01 APM 01 Novo Horizonte		
18. Declaração <p>Eu, Lícia Mary Oliveira Santos responsável legal pela Unidade Recebedora acima descrita declaro sob as penas da lei, conhecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei N.º 10.696, de 02/07/2003, atualizado pela Lei N.º 12.512, de 14/10/2011, regulamentado pelo Decreto N.º 7.775, de 04/07/2012, alterado pelo Decreto N.º 8.026, de 06/06/2013 e Decreto N.º 8.293, de 12/08/2014, e seus regulamentos, e que participei da construção da Proposta de Participação no PAA N.º da Organização Fornecedora Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Alto Paraíso de Goiás e Região Ltda-Cooper Frutos do Paraíso na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), operacionalizado pela Conab, onde foram definidos os alimentos e quantidades a serem destinadas a Unidade Recebedora que represento, que serão utilizados para atendimento, exclusivamente, aos beneficiários consumidores por ela atendidos ou entidades por ela credenciadas.</p> <p>Estão autorizadas a receber os alimentos e a assinar os respectivos Termos de Recebimento e Aceitabilidade as seguintes pessoas:</p>			
19. Nome: Cláudia Lulkin		20. Assinatura:	
21. N.º CPF 448 409 850 49	22. N.º da Carteira de Identidade 1006654717	23. Órgão Emissor/UF SSPRS	
24. (DDD) Telefone 062 3446 1003	25. Cargo: Nutricionista		
26. Nome: Ana Paula de Carvalho Paulino		27. Assinatura:	
28. N.º CPF 025.585.271-18	29. N.º da Carteira de Identidade 37167786	30. Órgão Emissor/UF SESPDF	



Conab

TERMO DE COMPROMISSO DA UNIDADE RECEBEDORA

31. (DDD) Telefone:
062 3346 10 03

32. Cargo: Assessora de Finanças

40. Dos documentos necessários para participação no Programa

Estou ciente da obrigatoriedade de encaminhar anexo a este Termo de Compromisso os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia dos documentos de identificação (Carteira de Identidade e CPF) do Responsável Legal pela Unidade Recebedora e das pessoas autorizadas a receber os alimentos;
- c) Cópia do comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no caso de entidade da rede socioassistencial, conforme Resolução do Grupo Gestor do PAA.
- d) Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), caso a Unidade Recebedora seja um estabelecimento de saúde de direito privado sem fins lucrativos.

41. Dos Direitos

- a) Participar da elaboração da Proposta de Participação da Organização Fornecedora e receber cópia da mesma;
- b) Receber os alimentos conforme previsto na Proposta de Participação da Organização Fornecedora.
- c) Aceitar ou rejeitar alterações de produto(s) e/ou quantidades sugeridas pela Organização Fornecedora tendo em vista que a proposta de Participação pode sofrer alterações.



Conab

TERMO DE COMPROMISSO DA UNIDADE RECEBEDORA

42. Das Responsabilidades e Obrigações

- a) Os produtos oferecidos pela Organização Fornecedora deverão ser compatibilizados com as reais necessidades da Unidade Recebedora;
- b) Não receber alimentos acima de sua capacidade de consumo, evitando desperdício;
- c) Fazer a conferência do peso e qualidade visual dos produtos no momento do seu recebimento na presença do responsável pela entrega;
- d) Assinar o Termo de Recebimento e Aceitabilidade, atestando que os alimentos foram entregues nas quantidades e qualidade acordadas, conforme artigos 14 e 15 do Decreto nº 7.775/2012 e Artigo 16 do Decreto nº 8.293/2014;
- e) Acondicionar os alimentos em local adequado, com observância das normas sanitárias exigidas;
- f) Doar os alimentos exclusivamente aos beneficiários consumidores, entidades ou outros equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, atendidos por esta Unidade Recebedora, sendo proibida a permuta ou venda;
- g) No caso de doar os alimentos e não produzir refeições, manter em boa guarda a lista de pessoas beneficiadas contendo, no mínimo, nome completo e nome da mãe e, quando for possível, número do CPF e Número de Identificação Social (NIS);
- h) Prestar à Conab, ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e aos demais órgãos de controle, informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização do Programa e levar ao conhecimento das autoridades qualquer irregularidade que tenha conhecimento, relativa à execução do PAA;
- i) Guardar em boa ordem, todos os documentos relativos às doações recebidas por meio do PAA por menos 10 (dez) anos;
- j) Registrar as entregas em documento denominado "Caderno de Entregas" no qual são inseridas as informações referentes ao produto recebido, quantidade, data e responsável pelo recebimento ou em sistema próprio de controle, no mínimo, as mesmas informações;
- k) Nos casos de atendimento às redes de ensino, a proposta de participação deverá ser aprovada pelo Responsável Técnico do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município ou Estado.

43. Das punições

- 1) A Unidade Recebedora que descumprir alguma de suas obrigações ou responsabilidades poderá ser desvinculada do Programa e não mais receber os alimentos do PAA;
- 2) A destinação inadequada ou não autorizada dos alimentos recebidos, ou ainda qualquer tipo de fraude será passível de responsabilização administrativa e civil da Unidade Recebedora;
- 3) É vedado vincular o ato de doação de alimentos a autoridades ou servidores públicos, de qualquer dos Poderes das três esferas administrativas, bem como a qualquer modalidade de veiculação eleitoral, em consonância com os princípios da impessoalidade e da moralidade, de forma a proteger a probidade administrativa, observada a legislação eleitoral.


TERMO DE COMPROMISSO DA UNIDADE RECEBEDORA
44. Validade do Termo

O presente Termo de Compromisso tem validade até o fim da vigência da Proposta de Participação no PAA N.º GO/2018/02/0052, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A Conab pode encerrar o presente Termo caso a Unidade Recebedora não cumpra com as diretrizes do Programa, sendo permitido retorno somente após as adequações necessárias, com a observância da conveniência e oportunidade da administração pública.

Os anexos são parte integrante do presente Termo de Compromisso, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

44. Encerramento

E por ter lido e estando de acordo com os termos apresentados, as obrigações assumidas, e as condições estabelecidas, a parte assina o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

45. Local e Data

Alto Paraíso de Goiás 18 de maio de 2018

46. Nome

Lícia Mary Oliveira Santos

47. 462 854 581 20CPF:

48. Cargo

Secretária Municipal de Educação

49. Responsável pela Unidade Recebedora
50. Cargo

Nutricionista

**51. Responsável Técnico pela Unidade Recebedora
(Caso seja estrutura Pública de Educação)
Assinatura;**

ANEXO 8

Conab

Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04Código da Proposta: GO2018/02/0052
Valor Total: 112.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Percentual de mulheres no projeto: 100,00

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA

Nome:	Cooperativa Agroecológica dos P. Rurais de Alto Paraíso de Goiás e R. Ltda Cooper Frutos do Paraíso*			CNPJ:	08.251.792/0001-43
Endereço:	Fazenda Frutos do Paraíso			Município:	Alto Paraíso de Goiás
UF:	GO	CEP:	73770000	Telefone:	(62) 9994-0273
Tipo:	Agricultores Familiares			Esta organização é gerida exclusivamente por mulheres?	Não

Representantes Legais

Nome	Cargo	CPF	Identidade	Orgão Emissor
SINOMAR MACHADO DE CARVALHO	Diretor Presidente	052.336.901-87		
Cleonice Silva de Oliveira	Diretora Financeira	804.480.385-87	3887805/2	SSPGO
Virgílio Krause Macielhães	Diretor Comercial	623.972.906-00	17128655	SSP-SP
José Antônio Moreira Alves	Diretor Administrativo	794.525.661-91	2.146.784	SSP/GO

Caracterização da Organização Fornecedora

É uma Cooperativa de Agricultores Familiares, onde atende agricultores de poucos recursos e também atende assentados da reforma agrária

IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES

Nome: Ana Celdas de Araújo Silva

Categoria:	Assentado da reforma agrária		CPF:	943.991.401-78
Município:	Alto Paraíso de Goiás	UF:	GO	N.º da DAP:
				IN-DFO128000-00036-050815
Nome:	Cleonice Silva de Oliveira		Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Categoria:	Assentado da reforma agrária		Eng. PROMAF:	A
Município:	Alto Paraíso de Goiás	UF:	GO	N.º da DAP:
				IN-DFO128000-00036-050815
			Valor Contratado (R\$):	8.000,00
			Eng. PROMAF:	A

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

*Esta organização de produtores agrícolas, organizada para a produção e comercialização de alimentos, não possui fins lucrativos e não pode ser considerada uma entidade de direito privado, não podendo ser enquadrada no regime jurídico das sociedades limitadas ou anônimas.

Página: 1 / 9
CPR: GO2018/02/0052

Conab

Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018

Hora: 09:46:04

Nome: Cintia de Oliveira Silva Carvalho

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00032-091115	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 022.826.881-80

Nome: ELIZABETE GUEDES MAGALHÃES

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00001-090316	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 539.481.731-68

Nome: Fernandina Gomes Feltosa

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00050-140318	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 022.826.871-08

Nome: Flávia Alves de Moraes

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00134-090316	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 021.469.131-42

Nome: Vanildes Pereira Ramos

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00340-280915	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 870.073.551-53

Nome: Maria Pia Faria

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00166-050315	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 799.175.261-53

Nome: Maria de Fátima Teodoro Alves

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00061-151215	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 815.662.981-72

Nome: Marinete Carvalho de Queiroz

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00061-151215	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

CPF: 350.555.961-04

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

De acordo com o Regulamento de Participação, o interessado deve apresentar a proposta de aquisição de alimentos em nome da pessoa jurídica responsável pelo fornecimento, sendo que a proposta deve ser assinada pelo representante legal da empresa, com o devido reconhecimento de firma.

Página: 2 / 9
CPF: GO.2018/02/0052

Conab Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04

Nome: OSMARINA PERES DA SILVA

CPF: 021.355.941-21

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00004-240715	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

Nome: Osvaldina Aveino dos Santos

CPF: 838.248.801-30

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00030-101115	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

Nome: Rosimeire Pereira dos Santos

CPF: 037.287.041-48

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00129-040815	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

Nome: Virde de Fátima Oliveira Simões

CPF: 524.832.301-34

Categoria:	Assentado da reforma agrária	UF:	GO	N.º da DAP:	IN-DF0128000-00153-060815	Valor Contratado (R\$):	8.000,00
Município:	Alto Paraíso de Goiás					Enq. PRONAF:	A

Número total de fornecedores:	14	Total do Valor contratado:	112.000,00
-------------------------------	----	----------------------------	------------

OPERACIONALIZAÇÃO - RELAÇÃO DE PRODUTOS PARA DOAÇÃO

Produto: ABACATE > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,9500	2.890	2.890,000	11.088,00

Produto: ABOBRINHA > VERDE

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,3000	1.440	1.440,000	4.752,00

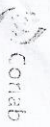
Produto: ABÓBORA > CABOTIÁ

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	2,2000	1.440	1.440,000	3.168,00

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os dados aqui constantes de fonecimento, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser utilizados de acordo com o artigo 1º, inciso I, da Lei nº 17.753, de 1 de dezembro de 2012.

Página: 3 / 9
CPF: 00128000-00052



Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018

Hora: 09:46:04

Produto: ALHO > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	8,5000	480	480,000	4.080,00

Produto: BANANA > MANICA

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	1,2000	4.800	4.800,000	5.760,00

Produto: BANANA > PRATA

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,2000	2.400	2.400,000	7.680,00

Produto: BATATA-DOCE > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	2,4500	2.500	2.500,000	6.125,00

Produto: BETERRABA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,3000	1.440	1.440,000	4.752,00

Produto: BRÓCOLIS > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	5,5600	2.900	2.900,000	16.124,00

Produto: CEBOLINHA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	8,8500	40	40,000	354,00

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os custos fixos e variáveis de logística, armazenamento, beneficiamento e processamento poderão ser adicionados ao preço a ser pago aos beneficiários, desde que devidamente comprovados com todos os documentos.

Página: 4 / 9
CPR: GO2018/02/006



Conab

Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04

Produto: CHUCHU > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	1,0000	716	716,000	716,00

Produto: COUVE > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	6,3500	1,440	1,440,000	9,864,00

Produto: LARANJA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	1,8500	100	100,000	185,00

Produto: LIMÃO > TAITI

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	2,2000	720	720,000	1,584,00

Produto: MAMÃO > COMUM

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,4000	2,880	2,880,000	9,792,00

Produto: MANGA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	4,0000	1,296	1,296,000	5,184,00

Produto: MELANCIA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	1,4000	2,880	2,880,000	4,032,00

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOSOs custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento, etc.,
proporcionados pelo produtor, são cobrados do usuário e são pagos aos beneficiários
immediatamente após a entrega dos produtos, conforme os valores estabelecidos
na Lei nº 11.494/2007 e no Regulamento de 2012.Página: 5 / 9
CPR: GO2018020052



Proposta de Participação - Doação Simultânea

Produto: MILHO > EM ESPIGA COM PALHA, VERDE

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	2,4000	2.880	2.880,000	6.912,00

Produto: PEPINO > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	3,2500	1.440	1.440,000	4.680,00

Produto: QUIABO > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	4,7500	768	768,000	3.648,00

Produto: RÚCULA > (Classificação sem características)

Safra	Unidade de Comercialização	Preço Unitário (R\$)	Quantidade	Peso Líquido Total (Kg)	Valor pretendido (R\$)
	um quilograma	8,0000	190	190,000	1.520,00

Total em Kg: 35.630,000 112.000,00

IDENTIFICAÇÃO DA(S) UNIDADE(S) RECEBEDORA(S)

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os dados operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento e
processamento poderão ser alterados de acordo com o valor a ser pago aos beneficiários
beneficiários, desde que previnam as condições com estes beneficiários.
(Art. 13, do Decreto nº 7.773, de 4 de Junho de 2012)

Página: 6 / 9
CPR: GO/2018/02/0040



Proposta de Participação - Doação Simultânea

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04

Categoria: Rede Pública de Educação

CNPJ: 01.740.455/0001-06

Endereço: Rua Francisco Carlos

Município

Alto Paraíso de Goiás

UF: GO

CEP: 73770-000

Representante: Licia Mary Oliveira Santos

CPF:

462.854.581-20

Cargo: Secretária de Educ.

Responsável pelo Recebimento: Ana Paula do Carvalho

Responsável pelo Recebimento: Claudia Lukin

CPF: 025.585.271-18

CPF: 448.409.850-49

Responsável pelo Recebimento: Licia Mary Oliveira Santos

CPF: 462.854.581-20

N.º de Beneficiários Consumidores

Previsão de Entrega

0 - 6 anos	7 - 14 anos	15 - 23	24 - 65 anos	> 65 anos	TOTAL
446	764	35	17	0	1262

Produto	Quantidade	Unid. de Comercialização	Total em Kg
ABACATE > (Classificação sem características)	2.880	um quilograma	2.880,000
ABOBRINHA > VERDE	1.440	um quilograma	1.440,000
ABOBORA > CABOTIA	1.440	um quilograma	1.440,000
ALHO > (Classificação sem características)	480	um quilograma	480,000
BANANA > NANICA	4.800	um quilograma	4.800,000
BANANA > PRATA	2.400	um quilograma	2.400,000
BATAIADOCE > (Classificação sem características)	2.500	um quilograma	2.500,000
BETERRABA > (Classificação sem características)	1.440	um quilograma	1.440,000
BRÓCOLIS > (Classificação sem características)	2.900	um quilograma	2.900,000
CEBOLINHA > (Classificação sem características)	40	um quilograma	40,000
CHUCHU > (Classificação sem características)	716	um quilograma	716,000
COUVE > (Classificação sem características)	1.440	um quilograma	1.440,000
LARANJA > (Classificação sem características)	100	um quilograma	100,000
LIMÃO > TAITI	720	um quilograma	720,000
MAMÃO > COMUM	2.880	um quilograma	2.880,000
MANGA > (Classificação sem características)	1.296	um quilograma	1.296,000
MELANCIA > (Classificação sem características)	2.880	um quilograma	2.880,000
MILHO > EM ESPIGA COM PALHA VERDE	2.880	um quilograma	2.880,000
PEPINO > (Classificação sem características)	1.440	um quilograma	1.440,000
QUIBO > (Classificação sem características)	768	um quilograma	768,000
RUCULA > (Classificação sem características)	190	um quilograma	190,000

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os custos logísticos de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários conforme as regras de seleção previstas no edital, desde que comprovadas com notas fiscais.

Página: 7 / 9
CPF: 00201802/0005



Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data: 20/06/2018
Hora: 09:46:04

35.630,000

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

Caracterização da(s) Unidade(s) Recebedora(s)

Nossos consumidores são, em grande maioria, estudantes da Rede Pública de Ensino e também Creches atendendo principalmente escolas da Zona Rural, em um total de 1262 alunos do Município.

Objetivos Gerais e Específicos do Projeto

Este projeto está especificamente atendendo só mulheres assentada da reforma agrária, onde estas famílias estão estruturando seu meio de produção.

Organizações Parceiras

Tendo como parceiro da Cooper Frutos do Paraíso, a EMATER local, Secretaria de Agricultura Municipal, e também a Secretaria Estado de Goiás Estadual onde Através do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros contribuiu com veículos e também a CONAB, SENAR com os treinamentos e Sêtrae.

Mecanismos de acompanhamento das entregas de produtos à(s) Unidade(s) Recebedora(s)

Contato permanentes junto aos responsáveis pelas Entidades consumidoras, a fim de questionar quanto a qualidade dos produtos e respeito à periodicidade da entrega.

Articulação do projeto com outros programas sociais desenvolvidos junto à(s) Unidade(s) Recebedora(s)

Articular junto às Entidade, a fim de adequar o calendário letivo às atividades relevantes do Município de forma a envolver estudantes, agricultores cooperadas e demais segmentos sociais.

Critérios de definição dos produtos distribuídos à(s) Unidade(s) Recebedora(s)

Foi elaborado pela Nutricionista Municipal, um cardápio diário para ser fornecido os alimentos durante um ano, baseando na tabela de produtos da CONAB e respeitando, o costumes de produção e uso dos produtos fornecidos.

Avaliação das melhorias sociais do projeto anterior

Aumento da renda das famílias participantes do projeto, melhoria do desempenho e satisfação dos estudantes das instituições envolvidas, interesse na aquisição de novas tecnologias por parte dos agricultores, implementação de Agroparceiras, trazer legalidade às produções através de registros sanitários e, sobretudo orientação técnica adequada na obtenção de tais registros. Aumento considerável da comunidade rural e demais envolvidos, junto às autoridades municipais, a fim de solucionar problemas enfrentados ao longo da execução daquele projeto de acordo com o levantamento realizado nas instituições atendidas anteriormente, a satisfação é uma constante agradecerem os produtos. A segurança de saberem que podem contar com alimentos oriundos de Famílias Agrícolas do Município, e outro ponto fortíssimo do projeto, ação esta que gera um poderoso sentimento de respeitabilidade entre as partes envolvidas.

Observações

Entendemos que a operacionalização do PAA requer ajuste permanentes e fiscalização constante. Ao longo destes anos em que trabalhamos com esta modalidade em 4 (quatro) Municípios verificamos pontos que melhoraram tanto a Cooper Frutos do Paraíso quanto o Agricultor. Corrigir esses gargalos a fim de otimizar a logística até nosso consumidor final é uma das nossas maiores metas para os próximos projetos.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os custos estimados de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos de valor a ser pago aos participantes beneficiados, desde que previamente acordados com estes beneficiários (Art. 13, DECRETO Nº 7.175, de 6 de Junho de 2015)

Página: 8 / 9
CPR: GO201802052



Proposta de Participação - Doação Simultânea

Data : 20/06/2018
Hora : 09:46:04

Mecanismos de avaliação e controle social a serem implementados no desenvolvimento do projeto

a) Descrição dos mecanismos de avaliação e controle social previstos no Projeto.

Elaborar pesquisa de satisfação junto às instituições ao menos uma vez por mês, além de manter um canal de atendimento constante através de E-mail e ZAP ZAP e contato através de telefone celular. Acompanhar sistematicamente as entregas dos produtos. Verificar o real aproveitamento e aplicação dos produtos na merenda escolar. Efetuar os pagamentos dos Cooperados em menor prazo possível.

Local e Data:	Nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) da Organização Fornecedora
Alto Paraíso de Goiás, 18 de Maio 2018	 SINOMAR MACHADO DE CARVALHO
	 Cleonice Silva de Oliveira
	 Virgílio Krause Magalhães
	 José Antônio Moreira Alves
Local e Data: Alto Paraíso 18 maio 2018	Nome(s) e assinatura(s) do(s) representante(s) do(s) Unidade(s) Recbedora(s) Lúcia Mary Oliveira Santos SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SIGPAA - SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Os dados cadastrais de fornecedor, em atendimento, beneficiário, em processo, deverão ser declarados de acordo com o prazo estabelecido no formulário de inscrição, e os dados cadastrais, atualizados, com os dados cadastrais, em 15 de dezembro de 2017, de acordo com o Edital de 2017.

Página : 9 / 9
CPR: GO/2018/02/00002

ANEXO 9



Contas Online

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

1

Identificação da Transferência					
Programa:	PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Tipo de	REPASSE	Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2015
Entidade:	PREF MUN DE ALTO PARAISO DE GOIAS	CNPJ:	01.740.455/0001-06	Vigência:	01/01/2015 - 31/12/2015
Município/UF:	ALTO PARAISO DE GOIAS-GO	Situação:	Adimplente	Prazo para PC:	01/04/2016

Relação de Pagamento										
Documento de Pagamento					Favorecido		Documento de Despesa			
Nº Ordem	Tipo	Número	Data	Valor (R\$)	Nome	CNPJ / CPF	Tipo	Nr./Série	Data	Valor Apropriado(R\$)
1	Transferência	664546000006853	04/12/2015	8.641,38	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	2547 / -	23/11/2015	8.641,38
2	Transferência	07122015	07/12/2015	8.331,79	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	2551 / -	30/11/2015	8.331,79
Total: 16.973,17										

109,67 %

ANEXO 10



Contas Online

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

1

Identificação da Transferência					
Programa:	PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Tipo de	REPASSE	Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2016
Entidade:	PREF MUN DE ALTO PARAISO DE GOIAS	CNPJ:	01.740.455/0001-06	Vigência:	01/01/2016 - 31/12/2016
Município/UF:	ALTO PARAISO DE GOIAS-GO	Situação:	Adimplente	Prazo para PC:	21/08/2017

Relação de Pagamento										
Documento de Pagamento					Favorecido		Documento de Despesa			
Nº Ordem	Tipo	Número	Data	Valor (R\$)	Nome	CNPJ / CPF	Tipo	Nr./Série	Data	Valor Apropriado(R\$)
1	Transfereência	8130041	19/12/2016	3.867,36	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	8586490 / 890	19/12/2016	3.867,36
2	Transfereência	8130041	19/12/2016	4.036,35	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	8532710 / 890	07/12/2016	4.036,35
3	Transfereência	8130041	19/12/2016	3.560,65	COOPERATIVA AGROECOLOGICA	08.251.782/0001-43	Nota Fiscal Eletrônica	8533174 / 890	07/12/2016	3.560,65
Total: 11.464,36										

29.403